

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

NÚCLEO DE ENSINO DA UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE SANTA MARIA / CENTRO EDUCACIONAL 310 DE SANTA MARIA



“Núcleo de Ensino da UISM, uma escola de portas abertas para quem precisa de uma segunda chance!”.

(equipe gestora 2023)

Núcleo de Ensino da Unidade de Internação de Santa Maria

Brasília, Abril de 2023.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Núcleo de Ensino da Unidade de Internação de Santa Maria
Construindo Pontes

Proposta Pedagógica
Núcleo de Ensino da Unidade de Internação de Santa Maria/CED 310

Brasília, abril de 2023.

SUMÁRIO

1- Apresentação.....	5
2- Historicidade.	6
3- Diagnóstico da realidade escolar	7
4- Função Social da Escola	10
5- Quadro de profissionais e turmas do Núcleo de Ensino (NUEN).....	12
6- Perfil dos profissionais da educação atuantes na socioeducação.....	14
7- Objetivos.....	17
7.1- Objetivo geral.	17
7.2- Objetivos específicos.	17
8- Concepções teóricas que fundamentam as práticas pedagógicas.....	18
9- Organização do trabalho pedagógico no Núcleo de Ensino.	19
9.1- Organização escolar em ciclos de aprendizagem.....	19
9.2- Estratégias de avaliação do Processo Ensino e Aprendizagem - Progressão continuada.....	22
9.3- Orientação Educacional do NUEN.....	24
10- Educação integral no Núcleo de Ensino da Unidade de Internação de Santa Maria... ..	26
11- Relação Escola-Comunidade.....	27
12. Projetos previstos.....	28
13. Estratégias de reagrupamento interclasse e intraclasse.	65
14. Projeto interventivo.	68

15. Contrato Didático.....	69
16. Atividades diversificadas.....	70
17. Avaliação para as aprendizagens na socioeducação.....	74
18. Plano de ação.....	84
18.1 Projetos institucionais.....	85
18.2 Horário da Educação Física.....	86
18.3 Horário de Atividades.....	86
18.4 Acompanhamento e Avaliação da PP.....	87
18.5 Plano de Ação da Orientação Educacional.....	87
19. Referências bibliográficas.....	92

1. Apresentação

A implementação do processo de gestão democrática tem sido entendida como uma necessidade de redirecionamento das novas práticas de gestão cuja ênfase recai em procedimentos inovadores com transparência nas ações.

A esse respeito, ressalta-se, no âmbito das políticas educacionais voltadas para a educação básica, a noção de autonomia imputada às escolas, traduzida na noção das escolas enquanto núcleo de gestão, cuja máxima reside na possibilidade da instituição se organizar, sobretudo por meio de órgãos consultivos e deliberativos que contam com a participação de representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, de forma a pensar, planejar, elaborar e concretizar seus projetos.

Neste sentido, a gestão democrática fomenta a participação da comunidade escolar nas atividades desenvolvidas na escola conforme o art. 2 da lei 4.751/2012:

I - Participação da comunidade escolar na definição e na implementação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, por meio de órgãos colegiados, e na eleição de diretor e vice-diretor da unidade escolar;

E estabelece como Autonomia Pedagógica a construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP), de acordo com as especificidades de cada Instituição Escolar (IE) e norteadas pelas Diretrizes Curriculares da SEDF:

Art. 4º Cada unidade escolar formulará e implementará sua Proposta Pedagógica, em consonância com as políticas educacionais vigentes e as normas e diretrizes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Parágrafo único. Cabe à unidade escolar, considerada a sua identidade e de sua comunidade escolar, articular a Proposta Pedagógica com os planos nacional e distrital de educação.

A presente proposta sistematiza as ações a serem desenvolvidas pelo Núcleo de Ensino (NUEN) da Unidade de Internação de Santa Maria (UISM), com o objetivo de atender as metas e estabelecer um referencial de tratamento curricular estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC) indicando as ações básicas que devem orientar os Projetos Escolares; as quais estão sujeitas à adequação e legitimação dos espaços escolares.

Entende-se que o Projeto Político-Pedagógica (PPP) é uma ação intencional e é resultado de um trabalho coletivo, que busca metas comuns que intervenham na realidade escolar. Traduz a vontade de mudar, pensar o que se tem de concreto e trabalhar as utopias; permite avaliar o que foi feito e projetar mudanças.

Por isso, a construção dessa Proposta é resultado de um processo coletivo de discussão, avaliação, reflexão, decisão e sistematização que ocorre em diversos espaços pedagógicos e encontros com diversos segmentos da Unidade de Internação, em parceria com o NUEN.

2. Historicidade

A Unidade de Internação de Santa Maria foi inaugurada no dia 20 de março de 2014, conforme TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 02/2013 (portaria nº 18, de 30 de janeiro de 2014), revalidado pela Portaria Conjunta nº 10, de 1º de novembro 2018, que dispõe sobre a cooperação mútua entre a SEEDF e a SECRIANÇA para oferta, acompanhamento e avaliação da política pública de escolarização de adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas. O espaço busca atender às exigências do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e, dentro desta perspectiva, em abril de 2014 foi iniciado o NUEN da UISM.

A Portaria Conjunta nº 07, de 17 de junho de 2021, que dispõe sobre a indicação de Unidades Escolares vinculantes dos Núcleos de Ensino das Unidades Socioeducativas de Internação; lotação dos profissionais de educação; matrícula e escrituração escolar dos estudantes desses núcleos, vinculou, administrativa e pedagogicamente, este NUEN ao Centro Educacional 310 de Santa Maria.

Localizada no Núcleo Rural Alagados, a Unidade de Internação de Santa Maria atende, adolescentes e jovens do sexo masculino, que já completaram 18 anos.

O espaço, com mais de 6000 (seis mil) metros quadrados, tem dez módulos destinados ao alojamento de adolescentes e jovens, área de saúde, espaços para oficinas profissionalizantes, núcleo de ensino, área para visitantes, teatro de arena, sala de leitura, ginásio coberto, quadra poliesportiva descoberta e horta.

O Núcleo de Ensino atende todos os adolescentes da Unidade de Internação com o intuito de promover a escolarização e contribuir com a ressocialização.

3. Diagnóstico da Realidade Escolar

Relativo à definição cronológica do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que denomina adolescente o sujeito entre 12 e 18 anos de idade, e o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), que considera jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos, passaremos a denominar o socioeducando como adolescente/jovem autor de ato infracional.

São penalmente inimputáveis as pessoas entre 12 e 18 anos de idade (art. 104 – ECA) e, para efeito de sentença de medida socioeducativa, deve ser considerada a idade do adolescente na data do ato infracional (parágrafo único, art.104 – ECA).

Logo, ocorre o adolescente/jovem cumprir a medida próximo ou após completar 18 anos de idade, o que o protege de ser encaminhado para o sistema prisional.

Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal (art. 103 – ECA). Não convém confundir o sujeito com o ato praticado em preservação à subjetividade de uma pessoa em condição peculiar de desenvolvimento (art.6º – ECA).

Por adolescência compreendemos uma construção sócio histórica que, apesar de possuir uma ancoragem no biológico (puberdade), trata-se de um período mais lógico que cronológico (RASSIAL, 1997). Todavia, em concordância com a legislação, não desconsideramos a peculiaridade dos fatores de risco e ou a vulnerabilidade própria dessa faixa etária.

Trabalhar com indicadores demográficos para a construção de um quadro referencial dos sujeitos com possíveis situações de riscos ou vulnerabilidades pode ser perigoso, se os considerarmos de forma determinista e se desconsiderarmos a complexidade desses indicadores, bem como a tendência a culpabilidades equivocadas, imobilizadoras e improdutivas.

Tem sido comum ouvir declarações equivocadas de que a família sabe o que fazer diante das situações vivenciadas por seus filhos, mas não o faz por opção ou negligência.

Depoimentos como este desconsideram as construções históricas, os contextos econômicos e sociais que levaram os sujeitos a ocuparem os locais nos quais se encontram, bem como as práticas bem-intencionadas, mas nem sempre exitosas das famílias ao tentarem recuperar seus filhos ou dependentes.

Tomados esses cuidados, é possível concordar com Farrington (2002) quando afirma que muitos adolescentes autores de ato infracional são sujeitos em peculiar condição de desenvolvimento (adolescentes), expostos a fatores de risco comuns: fragilidade no controle dos impulsos; baixo desempenho escolar; pais com histórico de envolvimento com a criminalidade; baixa renda familiar; supervisão parental deficiente; membros de famílias numerosas; filhos de pais muito jovens; residentes em aglomerados urbanos com alta frequência de violência; usuários de drogas; pertencentes a etnias raciais politicamente minoritárias; acúmulo de histórico de transferências e evasão escolar. Farrington (1995, 1997) comprova ainda, em estudo longitudinal realizado em diversos países, que a adolescência é o momento de maior vulnerabilidade aos fatores de risco descritos e que as vulnerabilidades tendem a aumentar quando esses fatores de risco se acumulam. Indicadores apresentados por Farrington têm sido confirmados também na realidade brasileira.

Pereira (2008) buscando compreender a trajetória de adolescentes especificamente do DF no tráfico de drogas, destaca a fluidez da autoridade em nossos dias, especialmente nas famílias desses adolescentes, normalmente emaranhadas, com fronteiras e papéis tênues e confusos. Dada a especificidade do recorte com adolescentes autores de ato infracional do DF, destacamos alguns dados de pesquisa da CODEPLAN (2013):

- a. Aproximadamente 90% dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas são naturais do Distrito Federal.
- b. 84,2% dos adolescentes/jovens internados são do sexo masculino e 80,2% se declaram negros.
- c. A faixa etária predominante na ocasião da pesquisa era de 16 a 18 anos, totalizando 64%.
- d. A maior incidência de adolescentes autores de atos infracionais encontra-se na faixa de 17 anos, fim da adolescência e idade limite para o enquadramento do delito como ato infracional e para a garantia de direitos previstos no ECA. Situam-se nessa faixa de idade os 31,2% dos socioeducandos internados. A faixa de idade com maior incidência de internação é 18 anos; os adolescentes completaram essa idade enquanto cumpriam a medida, ou a determinação de cumprimento pela autoridade competente ocorreu após a maioridade.

- e. 40,4% dos adolescentes/jovens internados residem com a mãe, com ou sem a presença de irmãos e outros familiares. Muitos também informaram residirem com a avó. Embora o vínculo familiar dos grupos marginalizados seja sempre colocado em questão, os adolescentes entrevistados demonstraram vínculo familiar, especialmente com a mãe.
- f. A maior parte dos atos infracionais cometidos é contra o patrimônio e não contra a vida. O roubo (42,1%) é ato infracional recorrente entre os socioeducandos que cumpriam medida de internação, seguido pelo homicídio (14,7%), tentativa de homicídio (8,7%) e tráfico de drogas (8,3%).
- g. Os adolescentes revelam histórico de violências sofridas, destacando-se a violência física, seguida pela violência psicológica. A escola situa-se na quarta posição em relação aos locais onde sofrem violências, sendo antecedida pelas ações da polícia e por conflitos entre grupos rivais e familiares. A escola não é indicada pelos adolescentes como um local seguro, o que pode justificar o fato de que 82% dos adolescentes/jovens ainda não haviam terminado o Ensino Fundamental e apenas 2,2% completaram o Ensino Médio. Contraditoriamente, 93% acreditam que a escola pode mudar sua vida.

Depreende-se dos dados que os adolescentes que se vêm colocando socialmente como autores de atos infracionais no DF e na sociedade brasileira não possuem uma boa relação com a instituição escolar; apresentam históricos de não aprendizagem; reiteradas transferências de escola à revelia de seus interesses ou de seus familiares; reprovações; não frequência; distorção idade-série/ano e evasão escolar. Contudo, esses sujeitos afirmam acreditar na educação como alavanca de transformação de seus percursos, possibilidade que precisa ser considerada na formulação de políticas públicas para esse grupo social e educacional.

Tem sido comum ouvir dos profissionais da educação que atuam no sistema socioeducativo queixas de que os adolescentes/jovens são muito ansiosos, possuem dificuldades de aprendizagens, não são capazes de permanecer em sala de aula, apresentam transtornos decorrentes do uso de drogas, trazem transtornos/distúrbios psicológicos, são oriundos de famílias desorganizadas que dispensam pouca ou nenhuma atenção à escolarização de seus filhos, etc.

Entretanto, o que os estudos têm demonstrado é que o fracasso escolar é um fenômeno multifatorial e que nenhum dos fatores apontados é impeditivo da

possibilidade de desenvolvimento e aprendizagem; que o modelo de Escola no qual fomos “formados” e que reproduzimos a nossos alunos é que se tem mostrado inadequado para o atendimento das populações com históricos de exclusão; que o processo de escolarização deve considerar a diversidade dos sujeitos educativos e não apenas aguardar o aluno ideal para que possa ocorrer; que devemos ser cautelosos em relação a discursos psicopatológicos da educação e do social; que tem sido comum um caráter assistencialista da política de escolarização que desresponsabiliza o professor da condição de mediador dos conhecimentos; que precisamos reinventar a instituição Escola para atender às especificidades dos sujeitos reais com os quais trabalhamos.

Não se entenda com esta fala que não temos desafios a transpor ou que estejamos retirando a responsabilidade do aluno para repassá-la ao professor. Tampouco se trata de nomear um fator responsável pelo fracasso escolar.

À luz desses dados, reforçando o cuidado com o risco de determinismos estatísticos, nós nos remetemos a Debarbieux (2002) ao destacar a potencialidade da Escola em enfrentar esses fatores de risco e ou vulnerabilidade com medidas de proteção aos alunos que apresentem esses quadros.

4. Função Social da Escola

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) define a função da educação no art. 2º: A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ao refletirmos sobre a função social da escola, entendemos a educação como prática social que se dá nas relações sociais que os indivíduos estabelecem entre si, ou seja, o ser humano visto em sua totalidade e em sua relação com o outro, formando grupos sociais, que – por sua vez – se relacionam na formação de uma sociedade.

Assim, a escola precisa ser um espaço de sociabilidade que possibilite a construção e a socialização do conhecimento adquirido e a valorização do conhecimento que o educando já traz consigo, tendo em vista, que esse conhecimento é dinâmico e que se caracteriza como um processo em construção.

Nessa perspectiva do desenvolvimento social, cultural, profissional e afetivo; cabe à escola formar cidadãos críticos, éticos, autônomos, participativos, responsáveis, conscientes de seus direitos e deveres para exercerem plenamente a cidadania, capazes de compreender e transformar a realidade na qual está inserido, aptos para participar da vida econômica, social e política do país.

Há de se considerar que a formação do aluno perpassa, também, pela visão de mundo e pela responsabilidade que ele vai adquirindo frente aos desafios do mundo moderno. Nesse sentido, toda organização do trabalho pedagógico do NUEN da UISM está voltada para o desenvolvimento dos socioeducandos em sua integralidade como determinam os pressupostos teóricos do Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal.

É papel da escola garantir a aprendizagem; criar condições para a construção do conhecimento; propiciar o desenvolvimento de habilidades e valores necessários à socialização do indivíduo. Estas aprendizagens devem constituir-se em instrumentos para que o aluno compreenda melhor a realidade que o cerca, favorecendo sua participação em relações sociais cada vez mais amplas.

A escola é um espaço privilegiado que possibilita transformações sociais e individuais, de promoção do crescimento integral do indivíduo através do envolvimento dos educadores, educandos e da família. Por isso, aproximar a comunidade escolar das ações realizadas no ambiente escolar se faz necessário. A família, independentemente da sua composição, precisa estar presente na vida dos filhos e filhas, acompanhar junto com a escola o seu desenvolvimento, sem deixar a responsabilidade de educar apenas a cargo da instituição escolar.

É tarefa do Núcleo de Ensino preparar o aluno para o mercado de trabalho, por meio do ingresso ao Ensino Técnico e/ou Superior; incentivar e orientar a participação nos principais meios de acesso ao Ensino Técnico; à Universidade e trabalhar a autoestima no sentido de conscientizá-lo de que através do estudo terá um futuro profissional promissor. Enfim, destacar a importância da escolarização para a vida dos socioeducandos.

5. Quadro de profissionais do Núcleo de Ensino (NUEN)

a) Gestão Pedagógica

Servidor	Função
LUIS CLAUDIO LOPES DE ARAÚJO	DIRETOR
ANA CLÁUDIA DE SOUZA RODRIGUES	VICE-DIRETORA
REGINA CÉLIA CARDOSO NUNES	SUPERVISORA
DOUGLAS GOMES DE ALMEIDA	COORDENADOR
GICELI SALVIANO BATISTA AZEVEDO	COORDENADORA
ELANE SIMONE DE ARAÚJO	SECRETÁRIO
NÚBIA GONÇALVES DA SILVA	ORIENTADOR EDUCACIONAL

b) Quadro de turmas 2023

MATUTINO	VESPERTINO
4º/5º ano "A" (2º Ciclo bloco 2)	4º/5º ano "B" (2º Ciclo bloco 2)
6º/7º ano "A" (3º Ciclo bloco 1)	6º/7º ano "B" (3º Ciclo bloco 1)
8º/9º ano "A" (3º Ciclo bloco 2)	8º/9º ano "B" (3º Ciclo bloco 2)
1ª série - Ens. Médio "A"	1ª série - Ens. Médio "B"
2ª série - Ens. Médio "A"	2ª série - Ens. Médio "B"
3ª série - Ens. Médio "A"	3ª série - Ens. Médio "B"

c) Professores:

01 ALMA CRISTIANA FILARDI DE MOURA	PORTUGUÊS / INGLÊS
02 APARECIDA MALTA DA	ARTES
03 CRISTIANE SÁ TELES RODRIGUES	GEOGRAFIA
04 DANIEL LIBÂNIO BEZERRA	PORTUGUÊS / INGLÊS
05 DEYSE LUCID GONCALVES MONTEIRO	CIÊNCIAS/BIOLOGIA
06 ELIANE DA ROCHA RODRIGUES	MATEMÁTICA/FÍSICA/QUÍMICA
07 FELIPE DE PAULA NASCIMENTO	FILOSOFIA/SOCIOLOGIA
08 FRANCISCO CELSO LEITÃO FREITAS	HISTÓRIA
09 FRANCO ADRIANO DOS SANTOS	ATIVIDADES
10 JALCIVONE DE JESUS MENDES	EDUCAÇÃO FÍSICA
11 LUCAS DOUGLAS MARTINS DANTAS	ESPAANHOL
12 PATRICIA ARAÚJO PAIVA RIBAS	ATIVIDADES
12 TATIANA SILVA GUIMARAES	MATEMÁTICA
13 THIAGO DE SOUZA MOURA	FILOSOFIA/SOCIOLOGIA

6. Perfil dos Profissionais da Educação Atuantes na Socioeducação.

De acordo com orientações das Diretrizes para Escolarização na Socioeducação, o profissional da educação que atua em uma Unidade de Internação deve ter clareza de seu papel no atendimento socioeducativo ao adolescente/jovem. A escolarização nesse contexto não pode ser desvinculada do processo socioeducativo

e, assim, exige-se do profissional um perfil que atenda às especificidades desse contexto.

A socioeducação pauta-se na construção de novos sentidos e caminhos para a vida e, nesse processo, os adolescentes devem ser agentes das mudanças que lhes são propostas e das possibilidades que lhes são apresentadas. O profissional que atuasse nesse contexto deve ser um mediador, um facilitador que oferece sustentação ao socioeducando, enquanto este descobre novas possibilidades de traçar seu destino.

Nesse processo, o educador é o principal responsável por oportunizar aos adolescentes o acesso aos conhecimentos que podem ser a chave para sua promoção. Oportunidades que devem focar referenciais de vida, de ética, de comprometimento social, de autoridade e limite.

Para tanto, o perfil profissional adequado a essa atuação não deve deter-se em requisitos teóricos, mas abranger também os recursos pessoais, interpessoais e éticos. O educador não pode privar o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa do conhecimento que lhe é de direito, mesmo que as estratégias, o tempo e o espaço pedagógico demandem modos de organização específicos.

O profissional deve embasar sua prática em concepções do ser humano, construídas a partir de reflexões pautadas nos princípios de direitos humanos e do SINASE. Este profissional deve apresentar conhecimentos específicos da área de formação, como: domínio dos conhecimentos teórico-científicos de sua área de formação e atuação para garantir que os socioeducandos se apropriem dos conhecimentos científicos historicamente constituídos.

Conhecimentos teóricos pedagógicos, como: compreensão da função social da escola; compreensão da relação entre os processos ensino-aprendizagem e desenvolvimento humano; capacidade de análise crítica sobre o fenômeno da violência, pobreza e criminalidade; compreensão da adolescência como fenômeno sociocultural; compreensão dos princípios estruturantes do SINASE e do ECA; clareza do papel da escolarização no processo socioeducativo; habilidade em desenvolver metodologias pedagógicas ativas; habilidade no trabalho colaborativo e metodologias baseadas em projetos; habilidade para a criação de estratégias pedagógicas inovadoras; compreensão da concepção e das práticas de avaliação formativa; habilidade para fazer a transposição didática dos conhecimentos científicos entre outros.

Conhecimentos éticos, sociológicos e filosóficos, como: sensibilidade à condição peculiar de restrição de liberdade na qual se encontram os alunos; empenho em contribuir para o processo de educação integral do aluno; flexibilidade para adequar-se a diferentes configurações e estruturas escolares; disponibilidade para aprender e ressignificar crenças e pontos de vista; responsabilidade no cumprimento das normas institucionais; capacidade de agir de forma equilibrada e profissional diante de situações emocionalmente adversas; habilidade para agir em situações desencadeadoras de frustração ou pressão; comprometimento em persistir e perseverar em seus ideais e planejamentos, mesmo diante de insucessos ou limites circunstanciais; habilidade de autoavaliação e reflexão sobre a própria prática; comprometimento com a própria formação e aperfeiçoamento profissional; manutenção de postura crítica e ética em relação às situações experienciadas no cotidiano das instituições.

Conhecimentos interpessoais e de trabalho colaborativo, destacando-se aspectos como: comprometimento social em agir de forma profissional, pautando-se nos princípios de ética, direitos humanos e cidadania; seriedade em responsabilizar-se pelas próprias atitudes e suas consequências; disponibilidade para envolver-se com compromisso ético na transformação pessoal e coletiva.

Este perfil de profissional é ao mesmo tempo complexo e singular, requerendo da SEEDF e do Núcleo de Ensino da UISM a organização de espaços-tempos para a formação continuada com o objetivo promover a reflexão da prática docente e subsidiar teórica e metodologicamente o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação de práticas pedagógicas inovadoras, avançando na construção de um trabalho que promova continuamente as aprendizagens dos socioeducandos.

A Portaria nº 257/2013 prevê que todos os profissionais que atuam na política pública de escolarização nas Unidades de Internação têm uma carga horária de formação envolvendo temáticas da socioeducação de, no mínimo, 80 horas anuais. Para isso, além da formação continuada na coordenação pedagógica, serão oferecidos cursos por meio da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE).

A formação continuada deve apresentar ainda objetivos alinhados aos princípios do SINASE, que são:

a. Promover o estudo e aprofundamento teórico (legislações e literaturas afins), articulando teoria e prática, nas temáticas da adolescência/juventude, da socioeducação, da criminologia crítica, entre outros.

b. Ofertar elementos que favoreçam o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas num processo de reflexão sobre a ação.

c. Possibilitar a partilha de experiências entre os múltiplos atores da rede de educadores da socioeducação do DF.

d. Estimular pesquisa, inovação, utilização de recursos e posturas pedagógicas mais criativas, flexíveis e humanizadas.

e. Possibilitar a confecção de materiais pedagógicos, visando à contextualização dos conteúdos, à interdisciplinaridade e à transversalidade na operacionalização do Currículo em Movimento.

f. Incentivar o desenvolvimento ou reconhecimento da criatividade do educador, como mediador e transformador do trabalho pedagógico.

g. Fundamentar teórica e metodologicamente práticas pedagógicas lúdicas, com vistas à construção do conhecimento.

7. Objetivos

7.1. Objetivo Geral

Promover o desenvolvimento dos socioeducandos em sua integralidade, conforme os pressupostos teóricos do Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal, transversalizando os Eixos: Educação para a Diversidade, Cidadania, Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade, com os objetivos de aprendizagem de cada um, dos componentes curriculares. Busca-se, dessa maneira, prepará-los para o regresso ao convívio social e para a inserção no mercado de trabalho.

7.2. Objetivos Específicos

Propiciar ao socioeducando a construção de sua identidade, estimulando o desenvolvimento do senso crítico, do espírito intuitivo, da criatividade, da curiosidade pelo inusitado e o despertar de suas potencialidades;

Possibilitar aos socioeducandos um desenvolvimento harmônico do conjunto de habilidades que levam à construção de competências necessárias para viver e conviver como cidadão e como profissional.

Proporcionar ao socioeducando condições para que possa seguir seus estudos e sua vida profissional, por meio da equidade de tratamento, da contextualização, das aprendizagens significativas e da interdisciplinaridade norteada pelo conhecimento;

Resgatar as relações interpessoais por meio do respeito e da afetividade para com seus professores, colegas e demais membros da comunidade escolar;

Fortalecer as relações entre o Núcleo de Ensino e a comunidade desenvolvendo atividades, eventos e parcerias;

Proporcionar treinamento continuado por meio de capacitação, aperfeiçoamento e especialização, para os docentes e demais servidores;

Desenvolver o processo ensino-aprendizagem permanentemente, contextualizando os conteúdos da BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR e do Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal.

8. Concepções Teóricas que fundamentam as práticas pedagógicas.

A proposta de prática pedagógica no NUEN da UISM tem como base as Diretrizes Pedagógicas Escolarização da Socioeducação, o Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal, as Diretrizes de Avaliação Educacional (2014-2016), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996, a Lei da Gestão Democrática nº 4.751/2012 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal fundamenta-se na Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural.

A Pedagogia Histórico-Crítica destaca a “importância dos sujeitos na construção da história onde os sujeitos que são formados nas relações sociais e na interação com a natureza para produção e reprodução de sua vida e realidade, estabelecendo relações entre os seres humanos e a natureza” (Currículo, 2014, p. 32).

Nessa perspectiva, enfatiza-se a importância da realidade socioeconômica e do contexto sociocultural do educando no processo do desenvolvimento humano, promovendo o estudo do conhecimento científico a partir do conhecimento adquirido

através das experiências vividas no cotidiano. Dessa forma, o socioeducando é colocado como protagonista do processo de ensino-aprendizagem e o professor como mediador na construção do conhecimento historicamente acumulado, através de ações planejadas pedagogicamente, visando à formação do indivíduo histórico e social.

Toda essa abordagem corrobora a concepção de Educação de/em Tempo Integral proposta pela SEDF que visa o desenvolvimento global do socioeducando, assim como, a formação cidadã para participação ativa na sociedade; que fomenta a participação da comunidade escolar nas ações realizadas no e pelo Núcleo de Ensino, assim como, na construção coletiva da Proposta Pedagógica.

Assim, o NUEN é um espaço de interação e convívio social, que deve oferecer ferramentas e oportunidades para aprendizagens significativas e para construção do conhecimento acadêmico. Portanto, a Educação Integral busca promover uma educação pública de qualidade que é um direito do socioeducando e dever do Estado, constituindo-se como uma política pública de inclusão.

9. Organização do Trabalho Pedagógico do Núcleo de Ensino

9.1. Organização Escolar em Ciclos de Aprendizagem

Segundo as Diretrizes para a Escolarização na Socioeducação, a opção pela organização escolar em ciclos para as aprendizagens escolares no NUEN da UISM se justifica pela necessidade de reorganização do trabalho pedagógico e dos tempos e espaços escolares numa perspectiva inclusiva e emancipatória, favorecendo o desenvolvimento dos socioeducandos que se encontram internados pela autoria de ato infracional.

A organização escolar em ciclos no Ensino Fundamental I e II foi aprovada pelo Conselho de Educação do DF em dezembro de 2013, por meio dos Pareceres nº 225/2013 e nº 251/2013, homologados pela SEEDF mediante as Portarias nº 285/2013 e nº 304/2013, respectivamente. No entanto, considerando as especificidades que caracterizam o trabalho pedagógico desenvolvido no Núcleo de Ensino, propõe-se uma forma diferenciada de organização dos ciclos nesses espaços:

a. Organização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental:

2º Ciclo

Bloco 1

– Compreende os três primeiros anos do Ensino Fundamental.

Bloco 2

– Compreende os 4º e 5º anos do Ensino Fundamental.

b. Organização nos Anos Finais do Ensino Fundamental:

3º Ciclo

Bloco 1

– Compreende os 6º e 7º anos do Ensino Fundamental.

Bloco 2

– Compreende os 8º e 9º anos do Ensino Fundamental.

c. Organização no Ensino Médio:

Bloco Ensino Médio

– Compreende as 1ª, 2ª e 3ª séries.

A matrícula dos estudantes da Socioeducação será realizada nos Blocos e não no ano de escolarização. Dessa forma, o avanço dos estudantes acontecerá entre os Blocos e poderá ser indicado após ter cursado o período mínimo de um semestre letivo, conforme Resolução nº 01/2012-CEDF, artigo 161.

O avanço ocorrerá mediante aprovação do Conselho de Classe sempre que o estudante for considerado, por este colegiado, apto a cursar o Bloco subsequente. Destaca-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/96, artigo 24 estabelece a possibilidade de avanço nos cursos e séries mediante verificação de aprendizado. É importante ressaltar que, uma vez esgotadas todas as possibilidades de intervenção no sentido de promover o avanço dos estudantes, o Conselho de Classe poderá decidir pela retenção entre os Blocos.

O Ensino Médio, etapa final da educação básica, terá a duração mínima de três anos, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/96.

Para o Ensino Médio a matrícula se dará na série escolar. É importante ressaltar que, de acordo com as Diretrizes Pedagógicas de Escolarização na Socioeducação não haverá retenção entre as séries, salvo ao final da 3ª série.

Para os socioeducandos com atraso escolar, devem ser providenciadas atividades pedagógicas que favoreçam a aceleração de estudos, como projetos interventivos e outras possibilidades de intervenções específicas, indicadas pelo professor e aprovadas pelo Conselho de Classe, com o objetivo de adequação da idade em relação ao ano/série dos estudantes.

O avanço dos estudantes ocorrerá, mediante aprovação do Conselho de Classe, sempre que o socioeducando for considerado apto por este colegiado e poderá ser indicado após ter cursado o período mínimo de um semestre letivo.

A organização escolar em ciclos no Ensino Fundamental é alternativa à organização anual ou seriada e objetiva atender as especificidades dos estudantes da Socioeducação, uma vez que a maioria deles se encontra em defasagem idade/ano e seu tempo de permanência na Unidade de Internação é definido de acordo com a medida socioeducativa imputada, podendo não haver consonância com períodos letivos anuais.

Para isso, a organização do trabalho pedagógico deve oportunizar o desenvolvimento integral do estudante e o prosseguimento de estudos quando de seu retorno para as demais unidades escolares da rede de ensino do DF.

A organização do trabalho pedagógico na escola que utiliza ciclos se apoia na possibilidade de se recorrer a pedagogias diversificadas, a fim de contemplar os diferentes modos de aprender, orientadas pelos pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural (SAVIANI, 2008), anunciados no Currículo em Movimento da SEDF (2014a), por entender que elas sustentam as concepções de que aprender e ensinar parte das práticas sociais nas quais professores e alunos estão inseridos.

Os Ciclos para as Aprendizagens na socioeducação se estruturam por meio da gestão democrática, da formação continuada dos profissionais da educação, da reorganização dos espaços e tempos para as aprendizagens, do fortalecimento da coordenação pedagógica e da avaliação com intenção formativa, práticas que se reverberam na progressão continuada das aprendizagens dos estudantes.

A matrícula dos estudantes do Ensino Fundamental e Médio será efetuada segundo diagnóstico realizado pelos professores do NUEN. Valendo-se do que estabelece a LDBEN (1996), em seus artigos 23 e 24, sempre que necessário o NUEN utilizará procedimentos de classificação de estudos para a enturmação dos estudantes. Estes procedimentos poderão ser adotados no início da medida socioeducativa a ser cumprida pelo estudante.

O NUEN deve garantir a carga horária mínima de 800 horas anuais no Ensino Fundamental e Ensino Médio. Com oferta de três horas-aula semanais para os componentes curriculares de Educação Física e Artes no Ensino Fundamental, anos finais, podendo ser utilizadas para este fim, quando houver possibilidade, horas-aula no tempo integral, conforme matrizes curriculares.

Os registros de avaliação e procedimentos adotados pelos professores no desenvolvimento dos objetivos de aprendizagem no NUEN para o Ensino Fundamental Anos Iniciais será o Registro de Avaliação do ensino regular Rav e Diário de Classe específico, para o Ensino Fundamental Anos Finais e Médio serão descritos em Diário de Classe específico.

9.2. Estratégias de Avaliação do processo Ensino e aprendizagem - Progressão Continuada.

A progressão continuada consiste na construção de um processo educativo ininterrupto capaz de incluir e oferecer condições de aprendizagem a todos os estudantes, rompendo com a avaliação classificatória, fragmentada e permeada pela reprovação anual (JACOMINI, 2009).

A perspectiva é não permitir que os alunos avancem sem terem garantidas suas aprendizagens. Progressão continuada é *“um recurso pedagógico que, associado à avaliação, possibilita o avanço contínuo dos estudantes de modo que não fiquem presos a grupo ou turma, durante o mesmo ano letivo”* (OLIVEIRA, PEREIRA, VILLAS BOAS, 2012), o que, de certa forma, se ajusta à realidade dos adolescentes/jovens da socioeducação, no que se refere à transitoriedade de sua permanência nas unidades de internação.

A progressão continuada fundamenta-se na *“ideia de que o estudante não deve repetir o que já sabe e não deve prosseguir os estudos tendo lacunas em suas aprendizagens”* (Op. cit., p.9).

Isso significa que os estudantes progridem sem interrupções, sem lacunas e sem percalços que venham impedir a evolução de seu desenvolvimento escolar. É esteo principal aspecto que difere a progressão continuada da promoção automática.

A progressão continuada pode ser praticada por meio de mecanismos, como o reagrupamento de estudantes ao longo do ano letivo, levando em conta suas dificuldades de aprendizagens, de modo que eles possam interagir com diferentes professores e desenvolvimento de projetos interventivos que permitem o atendimento imediato às dificuldades de aprendizagem evidenciadas pelos estudantes. A escola poderá ainda acrescentar outros mecanismos, após análise pelo Conselho de Classe, estudo de casos e diagnose. Todavia, deve-se cuidar para não se reduzir a avaliação à aplicação de provas ou de um único instrumento ou procedimento avaliativo. A progressão deve ser resultado de um amplo processo de avaliação que inclui o uso de diversos e diferentes modos de avaliar, conforme orientações constantes nas Diretrizes de Avaliação (DISTRITO FEDERAL, 2014b).

É importante considerar que a progressão continuada, quando bem compreendida e praticada, constitui recurso facilitador do trabalho pedagógico por dois motivos: em primeiro lugar, a atuação dos professores é valorizada e os resultados de seu trabalho são prontamente reconhecidos pela escola e pelos pais, mães/responsáveis. Ampliam-se, desse modo, as possibilidades de que sintam prazer com o que fazem. Em segundo lugar, os estudantes se sentirão incentivados a continuar sua trajetória de aprendizagem ao perceberem claramente seus avanços. Essas são questões fundamentais para o adolescente/jovem autor de atos infracionais.

Para operacionalizar a progressão continuada e, também, para que ocorra a (re)enturmação do estudante sempre que evidenciados avanços em suas aprendizagens, o Núcleo de Ensino deverá utilizar os procedimentos estabelecidos no “Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal” (DISTRITO FEDERAL, 2009), no “Manual da Secretaria Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2010)” e nas “Diretrizes de Avaliação Educacional da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2014b)”.

Para aqueles adolescentes/jovens que ingressam na UISM em regime de dependência ou que, em função de situações que ofereçam riscos à sua integridade, não possam frequentar o período normal de aula, deve-se considerar o disposto no art.32, inciso VI da Resolução nº7/2010 – CEB-CNE, que reitera a necessidade de assegurar os tempos e espaços de reposição dos conteúdos curriculares, ao longo do ano letivo, aos alunos com frequência insuficiente. No Distrito Federal, a Portaria nº 71/2014 que homologa o Parecer nº 59/2014 CEB-CEDF determina que o início da contagem das faltas do estudante do sistema socioeducativo deve ocorrer a partir da data de sua matrícula, seja quando ingressar na UISM ou seja, quando sair dela para outra unidade escolar.

Para os casos em que o estudante não possa frequentar o período normal de aula, em função de situações que ofereçam riscos à sua integridade ou de outrem, o Núcleo de Ensino prevê, neste Proposta Pedagógica, atividades compensatórias da ausência, utilizando como princípio o estabelecido no Decreto 1044, de 1969 e a Lei Nº6.202, de 17 de abril de 1975 e conforme Art. 5º da Portaria Nº 71-SEDF, de 2014, que aprova o disposto no Parecer nº 59/2014 do CEDF, de 1º de abril de 2014.

9.3 - ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL DO NUEN:

Pedagoga - Orientadora Educacional: Núbia Gonçalves da Silva – **Matrícula:**
212.251-0 - **Turno:** Matutino/Vespertino

A Orientação Educacional desenvolve suas atividades na Unidade de Internação Socioeducativa de Santa Maria/DF -UISM, no Núcleo de Ensino – NUEN. Atende os estudantes matriculados a partir do 4º ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio. Os atendimentos estão voltados para as questões de indisciplina/comportamentos considerando a análise da realidade dos mesmos através do levantamento das demandas/realidade social e familiar dos estudantes.

Através de formulários específicos da Orientação Educacional, a gestão escolar juntamente com os professores encaminha para os atendimentos os estudantes que necessitam ter uma escuta sensível e ativa para as questões de aprendizagem, bullying, valorização da diversidade, conflitos e brigas existentes com foco na Mediação de Conflitos para identificar as causas dos mesmos e exercitar maneiras eficazes para a resolução em diversas situações interpessoais, escolares e sociais, utilizado estratégias para planejar e estabelecer metas individuais e coletivas de atuação nos projetos a serem desenvolvidos em âmbito escolar.

Os atendimentos da Orientação Educacional buscam a Promoção da Identidade do trabalho e auto avaliação, visando proporcionar aos estudantes a compreensão em relação ao mundo do trabalho, uma visão crítica e ampla sobre dilemas, relações, desafios, tendências e oportunidades, identificando as diversas profissões e suas práticas, reconhecendo assim, o valor do trabalho como fonte de realização pessoal e de transformação social.

As participações da Orientação Educacional nas Coordenações Coletivas proporcionam um olhar diferenciado com a escuta dos professores, cooperando com o processo pedagógico voltado à aprendizagem e desenvolvimento integral do estudante, de forma a conduzir uma reflexão e análise das práticas pedagógicas, o desempenho dos estudantes, as possíveis dificuldades de escolarização, também colaborando para repensar a práxis dos educadores em várias vertentes.

Os atendimentos são desenvolvidos buscando priorizar as temáticas que se apresentaram como necessárias para a ressocialização dos jovens atendidos. Os mesmos são realizados através da escuta sensível e ativa, sendo individual (na sala da orientadora educacional) e coletiva (nas salas dos estudantes por módulos), através de material diversificado como: vídeos, textos reflexivos, palestras temáticas e material impresso (questionários de auto avaliação, motivacionais e com temas voltados para a Cultura de Paz, Cidadania, Protagonismo Juvenil, Autocuidado, Diversidade, DST's e Orientação Profissionalizante entre outros temas relacionados à convivência familiar e social).

A Orientação Educacional estará também, como mencionado anteriormente, oferecendo um enfoque maior nas questões relacionadas à Orientação Profissional, ou seja, os cursos técnicos e de nível superior disponíveis aos estudantes dentro de suas habilidades, competências e anseios. Serão utilizados debates, testes pedagógicos, palestras com profissionais de diferentes áreas entre outras ferramentas visando contribuir com o futuro acadêmico e profissional dos estudantes.

Cabe ressaltar que todas as atividades realizadas com os estudantes estarão de encontro aos projetos pedagógicos desenvolvidos pela Unidade Escolar e em parceria com a Secretaria de Justiça – SEJUS (GESAU - equipe da Saúde e GESP - Equipe sociopsicopedagógica).

Os temas a serem abordados são necessários na rotina escolar dos estudantes que estão na ressocialização e serão trabalhados durante todo ano letivo, os meses relacionados no período de execução constam como uma previsão que poderá ser alterada de acordo com as necessidades dos estudantes e dos projetos da Unidade Escolar e da Secretaria de Justiça.

10 - Educação Integral no Núcleo de Ensino da Unidade de Internação de Santa Maria.

Conforme o Currículo em Movimento da Educação Básica da SEDF, o estudante deve ser tratado como *“um ser único, especial e singular, na inteireza de sua essência, na inefável complexidade de sua presença”* (2014, p. 24).

Dessa forma, a educação integral na socioeducação pressupõe uma organização curricular que considere a multidimensionalidade desses sujeitos, visando o desenvolvimento de suas aprendizagens e, em consequência, sua ressocialização.

Na internação, esses serviços precisam ser ofertados dentro da própria Unidade, haja vista que sua saída requer autorização judicial e acompanhamento de Agentes Técnicos.

As principais políticas são as de esporte, cultura e lazer; assistência social; profissionalização e saúde.

Enquanto o adolescente estiver inserido na medida socioeducativa, não se pode obstar sua frequência a cursos profissionalizantes, à escola e sua participação em atividades recreativas, laborais e esportivas. Isso possibilitará sua inclusão social, de forma que o socioeducando exerça responsabilmente suas atividades cotidianas (trabalho, estudos, prática de esportes, frequência a cursos, entre outras) (DISTRITO FEDERAL, 2013, p. 44).

Não restam dúvidas quanto ao papel da cultura como mediadora simbólica das lacunas e vazios de significação / feridas psíquicas que os adolescentes, autores de atos infracionais, costumam trazer consigo.

Relatos de escolas inovadoras nos falam da importância desses espaços para a reinvenção da escola (ABRAMOVAY, 2004).

Sob esse ângulo, assistimos ao esforço dos executores das medidas no sentido de que a Unidade de Internação propicie vivência de diferentes atividades culturais e artísticas, de contemplação e qualificação artística, respeitando as aptidões dos adolescentes para o teatro, literatura, dança, música, desenho, pintura, entre outras.

Algumas parcerias têm sido firmadas entre as Secretarias de Estado e entidades da sociedade civil para o desenvolvimento e oferta de programas esportivos, culturais e

de lazer aos socioeducandos, em consonância com o Proposta Pedagógica do Núcleo de Ensino.

A Unidade de Internação esforça-se para fomentar nos adolescentes o espírito de colaboração por meio de atividades em grupo, incentivando a realização de atividades culturais na Unidade e no ambiente sociocomunitário no qual a Unidade está inserida.

11 - Relação escola-comunidade:

Desde o início do processo de construção da Proposta Pedagógica, buscamos, sobretudo, a construção de uma identidade para o NUEN. A participação efetiva da comunidade escolar nas fases que compõem a projeção e implementação da proposta pedagógica se faz indispensável quando se acredita que tal projeto deva ser construído coletivamente pelos interessados em nortear as ações de trabalho de cada comunidade escolar. É importante a participação de representantes de todos os segmentos da comunidade escolar para a elaboração da tal Proposta. Entretanto, se faz necessária uma compreensão mais abrangente e dinâmica de tal projeto no que diz respeito à sua construção e reconstrução contínua ao longo do ano letivo.

Apesar do NUEN da UISM/CED 310 ser uma escola nova, a instituição busca a participação efetiva das famílias e de toda a comunidade escolar, não só na reunião de pais, mas também na elaboração e execução das ações desenvolvidas no âmbito escolar, pois acreditamos que esta participação ajuda os alunos a terem sucesso na vida escolar e colabora no processo de ressocialização.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) as escolas têm a obrigação de promover e articular com as famílias e os pais o conhecimento dos processos pedagógicos, bem como a participação nas definições das propostas educacionais.

A relação entre professores, coordenação, direção, alunos e demais profissionais da escola é bem próxima e não pode se restringir aos limites da escola.

A construção deste documento prevê a aproximação das famílias com a escola buscando a otimização do processo de ressocialização.

Considerando as especificidades do atendimento desses adolescentes, resguardando o caráter educativo e de ressocialização que deve nortear as ações

deste Núcleo de Ensino, serão desenvolvidos projetos com vistas à promoção da ressocialização dos adolescentes, assim como a abordagem dos eixos temáticos do currículo em movimento da educação básica do DF.

12 - Projetos previstos:

a) LEITURA NAS SÉRIES INICIAIS

- ***Justificativa do projeto***

A leitura proficiente tem infinitas possibilidades, começa pelos olhos, mas vai além deles, pois necessita de um elemento fundamental para a compreensão, que é o conjunto de conhecimentos prévios relacionados ao assunto do texto lido, lembrando que se o leitor não dominar o tipo de linguagem do texto, dificilmente vai chegar a uma compreensão satisfatória, pois os olhos só entendem o significado daquilo que veem e, se o leitor não conseguir encontrar significação na linguagem, não vai conseguir fazer uma boa leitura, apenas codificará os símbolos escritos, mas não vai chegar a uma compreensão efetiva e o ato de ler se perde em sua essência.

Observando que um dos principais problemas na educação é a dificuldade que os educandos tem de ler e produzir textos, o projeto apresentado tem como tarefa principal promover motivação para a leitura e escrita nos estudantes, de acordo com os eixos transversais baseados nos descritores da Língua Portuguesa, inserindo: artes, musicalização, matemática e produção de texto. Assim sendo, acredita-se que somente através do interesse e da motivação dos educandos e professores é que se pode alcançar um bom desempenho em que as competências e habilidades de leitura e escrita se sobressaiam na busca do conhecimento. Tendo em vista que os nossos socioeducandos vêm de uma defasagem de aprendizagem muito grande em idade/série.

- ***Objetivos gerais***

Oportunizar aos socioeducandos o contato com uma infinidade de gêneros textuais que colaboram com o processo ensino-aprendizagem, despertando o prazer da leitura e aguçando o potencial cognitivo e criativo do aluno.

- **Objetivos específicos**

- Desenvolver Linguagem oral;
- Promover o desenvolvimento do vocabulário;
- Possibilitar o acesso aos diversos tipos de leitura na escola;
- Estimular o desejo de novas leituras;
- Sistematizar situações problema;
- Identificar soluções de conflito;
- Desenvolver o senso crítico e a criatividade;
- Expressar-se por meio de desenhos, pinturas e colagem.
- Produzir textos, músicas, ajustando o falado ao escrito, refletindo sobre o sistema de escrita alfabético, adequando o aluno a norma culta;
- Interpretando imagens

- **Metodologias**

- Realização de atividades interativas e dinâmicas;
- Debates e interpretação;
- Confeção de materiais musicais;
- Pinturas em telas.

- **Público alvo**

- Alunos do Ensino Fundamental 2º ciclo.

- **Habilidades a serem desenvolvidas**

- Compreender e interpretar textos e músicas.
- Produzir textos com coerência e coesão.
- Compreender e reconhecer mensagens implícitas.
- Distinguir um fato da opinião relativa a esse fato.
- Identificar o sentido das palavras.
- Estabelecer relações entre informações escritas e imagens.
- Identificar rimas, versos e estrofes.

- **Referências**

- Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal, 2014.
- Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, Atualizado até a Lei nº 12.696, de 25 de Julho de 2012.

b) A Escola é seu Lugar

- **Introdução**

A exemplo de toda a legislação que garante o direito à educação no Brasil, a garantia do direito à educação de socioeducandos privados de liberdade também foi conquistada a partir de muita mobilização social. Mesmo tendo sido contemplada de forma exemplar na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 208, o Brasil ainda demonstra grande dificuldade em assegurar o direito à educação, sobretudo para populações em regime de restrição de liberdade, já que apresentam várias demandas e especificidades. É preciso reconhecer ainda que, as políticas públicas destinadas à infância e adolescência em vulnerabilidade foram instituídas num contexto social de relações extremamente complexas e de controvérsias concepções de desenvolvimento social, o que coloca essa modalidade de ensino entre as menos

reconhecidas e mais contestadas.

Atualmente, o Distrito Federal é uma referência positiva no atendimento aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, temos uma legislação muito avançada sustentando a garantia do direito à educação a esses jovens; para isso, contamos com regulamentos e diretrizes que institucionalizam o atendimento preconizado na lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) amparados por todo um sistema de Proteção Social fundamentado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), norteados o atendimento aos socioeducandos através de ações sociais e pedagógicas.

Os socioeducandos em regime de internação estrita na Unidade de Internação de Santa Maria (UISM) têm seu direito constitucional à educação, no que se refere à escolarização, assegurados por meio da parceria firmada entre Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e a Secretaria de Segurança Pública. Na UISM funciona um anexo do Centro Educacional 310 (CED 310), onde o atendimento acontece de forma regular por meio de aulas presenciais. Contudo, devido a algumas idiosincrasias próprias do sistema socioeducativo esse atendimento por vezes é prejudicado. Um exemplo claro disso são os alunos que precisam ser afastados do convívio dos demais, não podendo frequentar os mesmos ambientes, isso compromete seu protagonismo e participação no processo de escolarização, e, conseqüentemente, sua ressocialização.

Este projeto tem por finalidade apresentar uma alternativa a esses casos, proporcionando atividades escolares em dois turnos, uma vez por semana, de forma a dar continuidade ao processo de escolarização enquanto estiverem em recolhimento/afastamento dos seus pares, seja por cumprimento de medida disciplinar ou por estarem em regime de Proteção da integridade física (PIF). Não havendo socioeducandos nessas condições, esse Projeto visa também oferecer aulas de reforço escolar para os alunos matriculados no Ensino Fundamental – Séries Iniciais, oportunizando a recuperação de aprendizagem, priorizando ações com foco no letramento em Leitura e Escrita e Letramento Matemático.

- **Justificativa**

Nas Unidades de Internação do DF os socioeducandos que precisam ser afastados do convívio dos demais são encaminhados a um Módulo de Atendimento Especializado, seja por motivos disciplinares e ou por conta de ameaças que sofrem dos seus pares. Durante esse tempo, e, na maioria dos casos, eles deixam de frequentar as atividades escolares por dificuldade de enturmação já que não há previsão de atendimento individualizado. O Regulamento Disciplinar das Unidades de Internação do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal prevê, em seu artigo 13.6 parágrafo primeiro o seguinte procedimento:

I - O socioeducando encaminhado ao Módulo de Atendimento Especializado não será suspenso das suas atividades escolares e laborativas (conforme descrito no art. 143 PSS) quando da ocorrência de infrações de natureza média ou grave, SALVO, quando tratar-se de proteção da integridade física (PIF) no ambiente escolar e profissional, e ainda, com a ciência da Equipe de Referência;

Mesmo havendo a previsão da não suspensão das atividades escolares, os socioeducandos acabam sendo prejudicados quanto ao processo ensino aprendizagem, sobretudo pelo fato da escola não estar organizada para atendimento sistematizado desses alunos. Com isso, na maioria das vezes (casos de necessidade de isolamento) os socioeducandos não são levados para a escola. Com a proposta apresentada por esse projeto, a escola CED 310 se propõe a oferecer atendimento escolar e essa clientela específica toda quinta-feira, nos turnos matutino e vespertino.

Esse projeto será viabilizado pela disponibilidade de horário de dois professores que, com a transferência do módulo feminino para outra Unidade de Internação, deixaram de atender as socioeducandas internadas em caráter provisório e, com isso, passaram a dispor de “janelas” em sua carga horária. Sua intencionalidade ampara-se ainda nas Diretrizes Pedagógicas Escolarização na Socioeducação que entre outras premissas fundamenta-se em na Resolução nº 119/2006 que destaca;

(...) c. Propiciar condições adequadas aos adolescentes para a apropriação e produção de conhecimento.

d. Garantir o acesso a todos os níveis de educação formal aos adolescentes inseridos no atendimento socioeducativo, de acordo com suas necessidades.

No atendimento aos socioeducandos, nos deparamos com jovens que se encontram fora de sala de aula há vários anos e ainda, com mais incidência, alunos que tem um histórico de repetidas reprovações, com muitas dificuldades de aprendizagem.

A iniciativa desse projeto permitirá que alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e de socialização desenvolvam atividades escolares ou Reforço Escolar ao menos uma vez por semana e não sejam alijados do seu direito à educação por meio da escolarização.

- **Objetivos**

- Prestar atendimento pedagógico aos socioeducandos que se encontram em regime de isolamento dos seus pares por motivos disciplinares e ou de segurança;
- Colaborar para o desenvolvimento e ressocialização dos socioeducandos.
- Oferecer Reforço Escolar para os alunos matriculados nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

- **Metodologia**

Os alunos que estiverem afastados dos demais no Módulo de Atendimento Especializado, bem como os que por motivos de segurança perderam a capacidade de convivência com os demais poderão participar das aulas do projeto todas as quintas-feiras, tanto no período matutino quanto no vespertino.

Nessas aulas, os alunos terão identificadas suas dificuldades de aprendizagem, e serão atendidos de forma personalizada, com atenção especial para leitura e interpretação de textos.

Quando o aluno puder retornar ao convívio em seu módulo de origem, poderá voltar a frequentar as aulas regulares, junto com a turma que está devidamente matriculado.

A escolha dos alunos a participarem dar-se-á por critérios baseados em

orientações da Gerência de Segurança, já que os motivos de seu isolamento podem variar de acordo com a ocorrência.

Nas quintas-feiras, nos dois turnos, os alunos serão atendidos pelos professores de Atividades (séries iniciais), ambos lotados no Núcleo de Ensino da UISM, conforme sua grade horária.

Todas as atividades desenvolvidas serão repassadas para os professores regentes das turmas onde os alunos estão regularmente matriculados.

Não havendo socioeducandos na condição de PIF (Proteção da Integridade Física), os professores envolvidos no projeto, atenderão com aulas de reforço os alunos matriculados no Ensino Fundamental – séries iniciais, no contra turno das suas turmas, de acordo com suas necessidades específicas.

- **Cronograma**

Propomos que esse atendimento seja permanente, uma vez por semana e faça parte do Projeto Pedagógico do Núcleo de Ensino da UISM, podendo ser estendido a outros professores que por ventura tenham carga residual, ampliando o atendimento para outros dias da semana.

- **Observação**

Esse Projeto só será possível no Formato Presencial.

c) OLIMPÍADA DE MATEMÁTICA

- ***Justificativa do projeto***

É comum os alunos dizerem que “não gostam de matemática” ou que “não conseguem aprender matemática”. Isso ocorre geralmente porque eles, de uma forma geral, não interligam os conteúdos vistos, com algo que possa ser utilizado em seu cotidiano.

Na busca de alternativas pedagógicas de interação entre a matemática, as tecnologias de comunicação e informação e a sala de aula, propomos a implementação

desse projeto para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes em privação de liberdade, tornando o aprender mais dinâmico, interativo, prazeroso e quem sabe uma paixão.

- **Objetivos gerais**

Proporcionar ao aluno uma forma de aprofundar os conhecimentos matemáticos, tendo como consequência uma rapidez e exatidão no raciocínio.

Promover a inclusão social por meio da difusão do conhecimento.

Identificar jovens talentos e incentivar seu ingresso nas áreas científicas e tecnológicas.

- **Objetivos específicos**

-Promover momentos de concentração e criatividade;

-Realizar atividades lúdicas;

-Oportunizar o desenvolvimento do pensamento;

-Estimular o raciocínio lógico matemático;

-Ensinar Matemática através de desafios;

-Motivar o interesse e a curiosidade;

-Melhorar a interpretação de texto;

-Trabalhar a ansiedade;

-Praticar as habilidades;

-Desenvolver antecipação e estratégia;

- **Recursos materiais**

-Utilização das tecnologias de comunicação e informação;

-Elaboração de apostilas;

-Utilização do data show e do quadro branco.

- **Metodologias**

-Listas de exercícios;

-Resolução de provas anteriores;

-Realização de debates interativos;

-Recursos audiovisuais;

-Realização de atividades interativas e dinâmicas;

-Aprimoramento de conceitos e propriedades matemáticas.

- **Público alvo**

-Alunos do Ensino Fundamental e Médio.

- **Habilidades a serem desenvolvidas**

-Compreender e identificar as informações apresentadas nas atividades.

-Analisar criticamente as construções realizadas e confrontar com a realidade.

-Formular e articular argumentos de forma crítica e lógica que interajam a matemática a realidade.

-Compreender os conceitos, procedimentos e estratégias como meios para a interpretação, valorização e produção de informações e mensagens em situações distintas e fenômenos conhecidos.

-Reconhecer situações no cotidiano em que existam problemas, cuja solução, de maneira autônoma e eficaz, requeira procedimentos próprios da Matemática (solucionar problemas, formular e contestar hipóteses, planificar, manipular e experimentar).

-Analisar informações provenientes de diferentes fontes, utilizando ferramentas matemáticas na formação da opinião própria que permita uma expressão crítica em problemas atuais.

-Expressar-se, oral, escrita e graficamente, em situações suscetíveis de serem tratadas, mediante a aquisição e o manejo de vocabulário específico de terminologia e notações matemáticas.

-Formular e articular argumentos de forma crítica e lógica que possibilite a interação da matemática com a realidade.

-Construir estratégias de cálculo por meio de operações numéricas e suas propriedades.

-Elaborar estratégias pessoais de estimativas, cálculo mental e orientação espacial por meio do raciocínio lógico, para resolução de problemas cotidianos simples.

-Identificar formas geométricas que compõem o mundo, por meio da utilização do conhecimento de seus elementos e propriedades para desenvolver novas possibilidades de ação em sua vida cotidiana.

-Desenvolver habilidades matemáticas.

• **OBSERVAÇÃO**

Este projeto visa o atendimento presencial do aluno com o professor, porém em circunstâncias especiais, poderá ser realizado de forma remota com o auxílio de vídeos gravados pelo professor, explicando a resolução das questões que serão revisadas para a Olimpíada e a utilização de material impresso.

A execução das aulas preparatórias deverá ocorrer em um período não inferior a duas semanas.

d) África em Nós

• *Justificativa do projeto*

Conhecer a história e cultura de um povo nos leva a conhecer um pouco mais de nós mesmos. A cultura brasileira é múltipla em referências e muitas vezes ignoramos as origens e os valores dos nossos ancestrais. Quando estudamos sobre a África estamos buscando compreender parte das raízes da nossa formação cultural.

A cultura africana é baseada em conhecimentos, crenças, valores e costumes dos povos que habitam o continente africano, que possui cerca de 1,1 bilhão de pessoas. Como a África é imensa e diversa, o mais correto é falar não de uma única cultura, mas de “culturas africanas”, no plural.

África em nós surgiu da necessidade de levar os socioeducandos da Unidade de Internação de Santa Maria a refletirem sobre as origens da cultura afro-brasileira, valorizando aspectos culturais, históricos, étnicos e artísticos do Continente Africano.

Na sua primeira edição, em novembro de 2021, foram abordadas por meio de apresentações a riqueza cultural e musical de diversos países do continente Africano. Para a segunda edição, a proposta foi abordar os países africanos que participaram da copa do mundo de 2022, sendo eles: Camarões, Senegal, Gana, Marrocos e Tunísia. Os alunos, organizados em suas respectivas turmas, ficaram responsáveis por pesquisas sobre esses países e fizeram uma apresentação acerca dos conhecimentos obtidos. Para as edições futuras a temática será determinada pelo grupo de professores em reunião pedagógica.

• *Objetivos gerais*

Despertar nos socioeducandos a consciência e a valorização da cultura africana e afro-brasileira.

• *Objetivos específicos*

- Desconstruir preconceitos e estereótipos sobre o Continente Africano;
- Discutir e possibilitar a compreensão sobre multiculturalismo e diversidade;

- Compreender a diversidade étnica do povo brasileiro;
- Desenvolver o senso crítico e a criatividade;
- Compreender conceitos sobre cultura, etnias, diversidade;
- Expressar-se por meio de desenhos, pinturas, colagem ou outra linguagem artística;
- Ampliar conhecimentos geográficos e geopolíticos;

- **Metodologias**

- Sortear os países africanos que participarão da copa de 2022: Camarões, Gana, Marrocos, Senegal e Tunísia. Cada turma ficará responsável por um país, devido a quantidade de turmas poderá haver mais de uma turma representando o mesmo país.
- O processo de aprendizagem dos estudantes se dará por meio de pesquisas, leituras, produção de texto, confecção de cartazes e pintura das bandeiras.
- No dia da culminância do projeto haverá apresentação das turmas para os demais socioeducandos e convidados. Será servido lanche temático para os alunos.
- O projeto será desenvolvido no 4º bimestre.

- ***Público alvo***

- Alunos do Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

- **Habilidades a serem desenvolvidas**

- Desenvolver habilidades de pesquisa, síntese e oralidade.
- Compreender e interpretar textos, mapas e imagens.
- Produzir textos com coerência e coesão.
- Elaborar material visual (cartazes, murais, panfletos, etc).
- Pintar bandeiras e mapas.
- Exercer a prática criativa.

- Fazer artesanatos, desenhos e pinturas.

- **Recursos Materiais**

- Recursos audiovisuais (projektor multimídia, notebook, tv, etc.);

- Livros literários, livros didáticos, material impresso, textos diversos.

- Material de papelaria (papéis com pauta, papel A4, lápis, caneta, borracha, tintas, lápis de cor, pincéis, tela para pintura, cartolinas).

- Materiais descartáveis para servir o lanche.

- **Referências**

AGUILAR, Nelson (org.). Catálogo de arte afro-brasileira - mostra do redescobrimento. São Paulo: Fundação Bienal, 2000.

BRASIL. **Lei nº10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Altera a lei nº [9.394](#), de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira" e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, 10/01/2003.

CANDAU, V. M. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008.

Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal, 2014.

Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, Atualizado até a Lei nº 12.696, de 25 de Julho de 2012.

GARCIA, Regina Leite. (Org.) *Múltiplas Linguagens na Escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

e) CODIFICANDO A LEITURA ATRAVÉS DA ARTE

• Justificativa

A leitura e a arte têm um papel fundamental para o desenvolvimento de habilidades necessárias para a vida, pois despertam um senso crítico e estético e permitem que as pessoas possam sonhar, criar, construir pontes nas relações, superar as dificuldades entre outras infinitas possibilidades do pensar e do agir.

Através de oficinas propostas por este projeto os socioeducandos poderão desenvolver o hábito de leitura, da produção de texto e produção artística tendo sua criatividade estimulada, incentivando-os a expressarem seus sentimentos e sensações com suas produções. O projeto traz para a realidade dos alunos a possibilidade de expressarem suas perspectivas em relação ao futuro através de produção de textos, cartazes, charges, desenhos e diversas outras linguagens fazendo com que reflitam e possam ser capazes de realizar seus próprios sonhos.

• Objetivos Gerais

Propiciar o desenvolvimento do pensamento crítico e da percepção estética, caracterizando um modo próprio de ordenar e dar sentido à experiência humana, desenvolvendo no socioeducando a sensibilidade, a percepção e a imaginação no domínio de conhecimentos diversos necessários para a compreensão de mundo e de valores.

• Objetivos Específicos

- Ampliar o arcabouço cultural dos alunos;
- Contribuir para a formação crítica e estética;
- Desenvolver momentos de socialização por meio de rodas de conversas;
- Desenvolver técnicas de leitura, produção de texto e produção artística;
- Realizar exposição das produções das oficinas.

• Recursos materiais

- Recursos audiovisuais (projetor multimídia, notebook, tv, etc.);

- Livros literários, livros didáticos, textos diversos.
- Material de papelaria (papéis com pauta, papel A4, lápis, caneta, borracha, tintas, lápis de cor, cartolinas, etc.)

- **Metodologias**

As atividades serão realizadas por professores de Linguagens do Núcleo Básico de Ensino da Unidade de Internação de Santa Maria. A proposta é realizar oficinas com os alunos apresentando materiais literários e recursos audiovisuais como referência para que eles possam fazer suas próprias criações. As técnicas trabalhadas serão de leitura e interpretação de texto, produção de texto e produção artística.

As oficinas buscarão por meio do diálogo e da troca de experiências criativas despertar nos socioeducandos a criatividade e permitir que eles possam ampliar suas perspectivas em relação ao futuro fazendo surgir um novo cidadão capaz de realizar os seus sonhos.

- **Público alvo**

Pretende-se atender os socioeducandos do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio.

- **Habilidades a serem desenvolvidas**

- Leitura, interpretação E produção de texto;
- Leitura visual e produção artística;
- Produção de material gráfico;
- Senso crítico e estético;
- Proatividade;
- Boa comunicação;
- Autoconfiança;
- Liderança;
- Espírito de equipe;
- Criatividade e inovação;
- Inteligência emocional.

- **Observação**

Este projeto visa o atendimento presencial do aluno com o professor, porém, devido às circunstâncias especiais vividas atualmente o mesmo está impossibilitado de ser aplicado. Só será possível no formato presencial.

f) PROJETO R.A.P. (Ressocialização, Autonomia e Protagonismo)

- **Justificativa do Projeto**

Você conhece o RAP? Já teve oportunidade de ouvir alguma música desse gênero musical? Este Projeto Pedagógico/Cultural, intitulado RAP (Ressocialização, Autonomia e Protagonismo) - em alusão ao gênero musical RAP, que significa Rhythm and Poetry (Ritmo e Poesia) é realizado com o propósito de utilizar a musicalidade e a poesia do RAP como ferramenta pedagógica emancipadora e capaz de promover os valores da Cultura de Paz e dos Direitos Humanos com suas vinculações históricas. O projeto atende adolescentes (meninos e meninas), que cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade, na Unidade de Internação de Santa Maria/DF, onde 80% dos socioeducandos se autodeclaram negros e, 100% são moradores das regiões periféricas do Distrito Federal e entorno. Os socioeducandos se identificam com o RAP por ser um ritmo negro surgido nas periferias da Jamaica como forma de denunciar as mazelas sociais que são muito parecidas com os problemas enfrentados no Brasil.

- **POR QUE UTILIZAR O RAP?**

Percebemos que os socioeducandos não se enxergavam nas histórias contadas nos livros didáticos, pois as mesmas se mostravam distantes da realidade periférica, mas se viam nas histórias contadas nas letras de RAP. Portanto, pode-se entender que o RAP, por ser um gênero musical muito presente na vida da juventude periférica representa, uma ferramenta pedagógica atrativa para os socioeducandos.

O Projeto RAP é realizado desde 2015 na Unidade de Internação de Santa Maria, ofertando, a partir da linguagem poética do RAP, outras linguagens artísticas

como ferramentas pedagógicas capazes de dialogar com a realidade de vulnerabilidade social dos socioeducandos, para, a partir de então, transformar conflitos e realidades. Nossa proposta com o projeto é de diminuir as possibilidades de exclusão, tornando-as potencializadoras para a transformação por meio da arte e da cultura. Além do RAP, a meta é promover outras atividades que, a partir dos valores da Cultura Hip Hop, dialoguem com diversas linguagens artísticas como o cinema, o teatro, a poesia, a literatura marginal, dentre outras, por meio das atividades: Sarau Dá a Voz, Roda de Conversa “Abre a Roda”, Cine Debate “RacioCine” e o Festival de Música “No Ritmo da Socioeducação”.

A linguagem marginal-periférica do RAP, por fazer parte da cultura de rua e, em especial, da cultura Hip Hop, que é muito presente na vida dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, mostrou-se bastante atrativa para os educandos que, associados a conteúdos significativos, fomentaram o pensamento crítico a respeito da realidade vivida pelos mesmos e estimulou a criação de estratégias de enfrentamento às dificuldades relativas aos jovens em condição de vulnerabilidade social.

A melhora na escrita, nas expressões orais e corporais, o aumento do poder de argumentação e da autoestima, foram os resultados mais evidentes e que dialogam com os valores da Cultura de Paz e dos Direitos Humanos que foram os eixos norteadores dos objetivos que traçamos.

Certificamos que as aprendizagens se aproximaram dos objetivos propostos de forma exitosa por meio da participação dos socioeducandos ao longo do processo de ensino-aprendizagem e durante as etapas do projeto.

O contato dos educandos com artistas de projeção local, e até nacional, proporcionou uma troca de experiências qualitativa para ambas as partes promovendo um crescimento pessoal para o coletivo.

Seguindo as orientações das Diretrizes “Escolarização na Socioeducação” da Secretaria de Educação do Distrito Federal, optamos pela avaliação formativa como meio de quantificar e qualificar as aprendizagens dos socioeducandos, priorizando o processo e não somente momentos estanques. Portanto, as aprendizagens dos

socioeducandos foram observadas ao longo das etapas, o que nos possibilitou ressignificar algumas ações para melhorar rendimento dos mesmos.

Os eixos estruturantes do Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal: Direitos Humanos, Diversidade e Sustentabilidade foram transversalizados com os conteúdos dos diferentes componentes curriculares utilizando o RAP como ferramenta pedagógica, possibilitando aos socioeducandos, inclusive aqueles com maior dificuldade, aprender a reconhecer a si e ao outro, valorizando a diversidade, a Cultura de Paz, os Direitos Humanos e suas vinculações históricas.

O Projeto RAP contribuiu para o desenvolvimento das competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular ao promover a construção e apropriação de conhecimentos norteados nos valores da Cultura de Paz e dos Direitos Humanos por meio da linguagem poética e marginal do RAP, utilizando os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital facilitando o entendimento sobre a realidade dos socioeducandos, para que continuem aprendendo e colaborando para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

- **Objetivos Gerais**

Possibilitar que os socioeducandos expressem suas aprendizagens relativas aos conteúdos relacionados aos Eixos Transversais: Diversidade, Direitos Humanos e Sustentabilidade, do Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal e suas vinculações históricas por meio da musicalidade e da poesia do gênero musical RAP e de outras linguagens artísticas.

- **Objetivos Específicos**

- 1 – Realização de 10 edições do Sarau Dá a Voz;
- 2 – Realização de 4 edições do Cine Debate RacioCine;
- 3 – Realização de 4 edições da Roda de Conversa Abre a Roda;
- 4 - Realização de oficinas preparatórias para o Festival de Música;

5 – Realização do 7º Festival de Música da UISM: No Ritmo da Socioeducação;

6 – Realização do 2º SlaMais Direitos;

6 – Lançamento dos EP's Projeto RAP Volumes 1 e 4, em formato de Lyric Vídeo no canal do Projeto RAP no YouTube;

7 – Lançamento do livro “Socializando Sonhos Volume 3”;

- **Recursos Materiais**

Notebook, Data Show, equipamentos de mixagem, masterização e sonorização profissional, equipamentos de filmagem e fotografia, livros da literatura marginal, músicas, em especial do gênero musical RAP, vídeo clipes e materiais de papelaria.

- **Metodologia**

Em 2023 o projeto seguirá as seguintes etapas:

Etapa 1 - Sensibilização fevereiro de 2023): Será exibido um vídeo mostrando o histórico e as produções audiovisuais do Projeto RAP para todos os socioeducandos da UISM;

Etapa 2 – Desenvolvimento (de março a novembro de 2022): Nesta etapa os eixos Sustentabilidade, Cidadania, Direitos Humanos e Diversidade do Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal serão transversalizados com todos os componentes curriculares por meio da linguagem poética do RAP.

Etapa 3 – Sistematização das produções (dezembro de 2021): Lançamento dos EP's Projeto RAP Volumes 1 e 4 em formato de Lyric Vídeo no canal do Projeto RAP no YouTube e Lançamento do livro “Socializando Sonhos Volume 3.

- **Público Alvo**

O Projeto RAP atende anualmente cerca de 50 socioeducandos, entre 18 e 21 anos de idade, que cursam diferentes ciclos de aprendizagem do Ensino Fundamental e Ensino Médio no Núcleo de Ensino da Unidade de Internação de Santa Maria, onde cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade. O Projeto RAP é

desenvolvido de forma colaborativa pelo grupo de professores do Núcleo de Ensino da UISM e as parcerias firmadas com as organizações da sociedade civil como a Associação Respeito e Atitude – AREA, o Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC e a Coordenação Regional de Ensino de Santa Maria.

- **Habilidades a serem desenvolvidas**

Os documentos normativos do Sistema Socioeducativo (SINASE, ECA, dentre outros) são todos baseados no Sistema de Garantia de Direitos. Portanto, as habilidades a serem desenvolvidas tem como eixo principal os Direitos Humanos, transversalizados com os demais componentes curriculares utilizando a linguagem poética do RAP como ferramenta pedagógica e como pré-texto para suscitar os debates sobre as violações de direitos que os jovens em situação de vulnerabilidade sofrem, além de pensar formas colaborativas de superar os desdobramentos negativos de tais violações. Portanto, traçamos como metas de habilidades a serem desenvolvidas:

- Respeito à diversidade, a partir da compreensão de si mesmo e do outro, e promoção dos Direitos Humanos;
- Utilizar as informações para se posicionar como cidadão crítico frente aos problemas da contemporaneidade;
- Despertar, nos socioeducandos, ideias e ações, por meio da curiosidade, que contribuam para transformação social e cultural das dinâmicas sociais;
- Utilizar-se dos instrumentos próprios das Ciências Humanas para despertar consciência de si mesmo, do outro e das diferentes culturas com as quais se relaciona;
- Desenvolver o conceito de sincronia e diacronia e compreender os processos históricos em seus aspectos variados;
- Capacidade de elaborar argumentos fundamentados nos valores da Cultura de Paz, dos Direitos Humanos e a consciência socioambiental;
- Tornar-se responsável e protagonista para construção de uma sociedade assentada sobre os valores da justiça, da democracia e da inclusão;

- Desenvolver o raciocínio espaço-temporal em seus diversos aspectos e manifestações, tais como os ritmos temporais, localização e direção valendo-se das tecnologias digitais e dos conhecimentos próprios da História.

g) PROJETO – PROFISSÕES, “A ESCOLHA CERTA”

- ***Justificativa do projeto***

Uma grande parte dos jovens que estão em uma Unidade de Internação é evadida das escolas de origem. Isso acaba dificultando o acesso a informações sobre cursos profissionalizantes. Conseqüentemente, a escolha e o encaminhamento para o trabalho se torna bem mais dispendioso.

Por estarem, na maioria das vezes, em situação de vulnerabilidade social, a progressão para o trabalho de forma qualificada viabiliza a sua inclusão social, a partir da conquista da sua autonomia financeira e pessoal.

O projeto “Profissões, a Escolha Certa” visa elevar o nível de escolaridade desses jovens, aumentando as possibilidades de inserção na vida adulta de maneira menos improvisada, favorecendo a possibilidade de concretizar sonhos e participar mais ativamente da vida social.

- ***Objetivos gerais***

Cumprir com o estabelecido no Currículo em Movimento e nas Diretrizes Pedagógicas para escolarização na Socioeducação acerca da formação profissionalizante.

Oferecer oportunidade de traçar juntamente com os alunos, perfis e possibilidades de escolhas de profissões no mercado de trabalho atual, considerando os novos eixos tecnológicos.

- ***Objetivos específicos***

Possibilitar o acesso às diversas instituições promotoras de cursos.

Proporcionar encontros com graduandos e profissionais de áreas diversas.

Desenvolver discussões sobre o mercado de trabalho, através de oficinas de profissões de áreas diversas.

- ***Recursos materiais***

Recursos tecnológicos e audiovisuais.

Materiais didáticos, revistas e impressos planejados.

Palestras.

Oficinas do mundo do trabalho.

- ***Público alvo***

Alunos socioeducandos do CED 310/UIISM.

- ***Metodologias***

Aulas dinâmicas com oficinas e vídeos.

Demonstração via computador dos locais de cursos, sites, etc.

Palestras sobre as profissões tradicionais e em destaque no mercado.

Presença de profissionais das áreas de interesse dos alunos.

Busca de parceiros que possam dar ênfase na comunicação dirigida ao mercado de trabalho.

- ***Habilidades a serem desenvolvidas***

Capacidade de analisar e fazer uma escolha mais segura, consciente e não estereotipada das profissões.

Desenvolver competências voltadas para a transformação social própria e da sua família e comunidade.

- ***Observação***

Este projeto visa o atendimento presencial do aluno com o professor, porém, devido às circunstâncias especiais vividas atualmente o mesmo está impossibilitado de ser aplicado. Só será possível no formato presencial.

h) PROJETO ENCCEJA:

- ***Justificativa do projeto***

A realização da prova do Encceja é um fator importante para a vida acadêmica do estudante, incluindo aqueles em privação de liberdade, porém ela não pode ser feita com maestria sem um suporte adequado da escola. A aplicação desse projeto é uma chave fundamental para os alunos se habituarem a esse tipo de avaliação, pois sem a aplicação de um treinamento, a falta de experiência dos alunos pode dificultar o seu desempenho.

- ***Objetivos gerais***

Prover ao aluno conhecimentos básicos sobre o preenchimento de gabarito e resolução de provas;

Proporcionar conteúdo específicos, voltados para a aprovação e treino do aluno na referida avaliação por meio de questões de provas anteriores;

Ajudar o aluno a conquistar a certificação de ensino fundamental, visando a continuidade de sua formação;

- ***Objetivos específicos***

-Promover momentos de estudos focados na resolução de questões;

-Desenvolver a capacidade cognitiva do aluno;

-Estimular o raciocínio lógico;

-Reforçar a aprendizagem com conteúdo voltados para o Encceja;

-Otimizar a escrita dos alunos por meio de redações;

-Aperfeiçoar a interpretação de texto;

- **Recursos materiais**

-Utilização das tecnologias de comunicação e informação;

-Elaboração de apostilas;

-Utilização da televisão, pendrive com vídeo aulas,

- **Metodologias**

-Listas de exercícios;

-Resolução de provas anteriores;

-Recursos audiovisuais;

- **Público alvo**

-Alunos do Ensino Fundamental.

- **Habilidades a serem desenvolvidas**

-Consolidação, ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais.

-Compreender e identificar as informações apresentadas nas atividades.

-Desenvolvimento do pensamento crítico e lógico

- **Observação**

Este projeto visa o atendimento presencial do aluno com o professor, porém em tempos e circunstâncias especiais, poderá ser realizado de forma remota com o auxílio de vídeos gravados pelo professor, explicando a resolução das questões que serão revisadas para o projeto Encceja e a utilização de material impresso.

A execução das aulas preparatórias deverá ocorrer em um período não inferior a três semanas.

i) Soluções Sustentáveis & Empreendedoras para a prática da Apicultura e da Horta na Escola

- **Justificativa**

A agricultura é um dos principais fatores da configuração do espaço geográfico brasileiro, pois, sabendo-se que o uso adequado do solo é um fator de extrema importância para o sucesso de muitas economias ao redor do mundo, faz-se necessário trazer esta questão para o âmbito escolar. Desta forma, o projeto Soluções Sustentáveis & Empreendedoras para a prática da Apicultura e da Horta na Escola vem propiciar momentos de acento para minimizar as dores da solidão, bem como oportunizar na prática aos estudantes formas de compreender melhor sobre a agricultura sustentável, proteção do meio ambiente, uma melhoria da condição de vida e saúde, técnicas de compostagem e captação sustentável da água, bem como plantação para além das hortaliças visando uma integração com a atividade de apicultura em específico (MELIPONICULTURA) com as abelhas Jataís no espaço da horta, melhorando a harmonia entre os mesmos. Tratava-se de uma iniciativa muito humilde, pequena, cuja ambição maior é promover momentos de interação com a natureza, a ocupação do tempo, bem como possibilitar uma possível ocupação profissional ao se tornar um egresso.

É imperativo afirmar que a horta pode ser um laboratório vivo para diferentes atividades didáticas. Além disso, o seu preparo oferece várias vantagens para os socioeducandos. Dentre elas, proporciona uma grande variedade de alimentos a baixo custo, possibilitando aos socioeducandos uma possível profissão futura. Acredita-se que as reflexões/ações inerentes ao projeto reverberem no cotidiano do aluno, estimulando o cultivo de hortaliças em seus lares ao se tornarem egressos, colaborando assim para uma educação ambiental que promova a redução de desperdício e prevenção de doenças provocadas pela ingestão de alimentos cultivados com agrotóxicos, sendo esta uma questão sócio-ambiental.

Já, a apicultura é uma atividade essencial para o equilíbrio e sustentabilidade do meio ambiente. As abelhas respondem por cerca de 80% da polinização dos vegetais.

Dessa forma, a apicultura contribui, de forma eficaz, para minimizar a interferência e a degradação da natureza, corroborando com a produção integrada na agropecuária.

Criar abelhas é de suma importância para a agricultura pela efetiva polinização, que, por sua vez, provoca um significativo aumento na produção agrícola. Para ter ideia, a cada quilo de subproduto apícola, a polinização incrementa outros 15 quilos de alimentos. Nesse sentido, sem a existência de abelhas, seria impossível a sobrevivência do ser humano.

O processo de desenvolvimento da agricultura no Brasil, entretanto, é uma cópia do padrão convencional, espalhando os principais impactos indesejáveis da moderna agricultura, como a destruição das florestas, a erosão dos solos e a contaminação dos recursos naturais.

O desafio de desenvolver a produção agropecuária com sustentabilidade exigirá a adoção de múltiplas estratégias que passam pela geração e difusão de tecnologias ambientalmente adequadas, estruturação de sistemas de informações agroambientais integrados e aplicação de instrumentos econômicos que possam minimizar os fatores externos negativos ao setor. Nesse cenário, é de suma importância salientar que a apicultura contribui muito para a sustentabilidade, bem como para a renovação de todos os bens naturais.

- **Objetivo geral**

Promover, em parceria com a CRE de Santa Maria, os servidores da SEJUS / UISM e o SEBRAE o conhecimento técnico e profissional aos estudantes visando uma prática sustentável e empreendedora, na produção de hortaliças e na prática da apicultura.

- **Objetivos específicos**

- Compreender o processo de compostagem;
- Aprender sobre o uso sustentável da água;
- Reconhecer a importância de uma plantação sem agrotóxico;

- Promover o plantio de jardins e plantas que favoreçam a meliponicultura;
- Reconhecer diferentes tipos de abelhas, em especial a abelha africanizada *Apis mellifera*, e apresentar aspectos da atividade apícola no Brasil.
- Promover os conhecimentos necessários para a colheita e comercialização dos produtos advindos da horta e dos apiários.
- Promover formação continuada e certificada aos estudantes visando o conhecimento técnico.
- Reconhecer os materiais necessários para a criação de abelhas e suas respectivas funções.
- Identificar as características adequadas do local para a instalação de um apiário.
- Identificar as vantagens as formas de obtenção de enxames, suas vantagens e desvantagens.
- Indicar técnicas de manejo das colônias de abelhas no apiário.

- **Público alvo**

-Alunos do Ensino Fundamental e /ou Ensino Médio em privação de liberdade.

- **Conteúdo**

- Agricultura sustentável;
- Minhocário;
- Estufa;
- Plantação de hortaliças e plantas frutíferas;
- Processo de compostagem;
- Irrigação sustentável;
- As abelhas e sua criação no Brasil;

- Produtos das abelhas;
- Materiais e equipamentos apícolas;
- Instalação do apiário;
- Povoamento do apiário;
- Manejo das colônias.

- **Ações / Recursos para execução**

- a. Consultoria técnica e formação continuada dos colaboradores e alunos;
- b. Aquisição de material recomendado pelos consultores técnicos;
- c. Aquisição dos tanques de compostagem e minhocário;
- b. Construção dos tanques para a captação da água da chuva;
- c. Aquisição de material para o sistema de irrigação da horta;
- d. Construção de canteiros de alvenaria para as hortas;
- e. Instalação de estufas;
- f. Matérias primas para melhoria da horta e Meliponicultura;
- g. Material de marcenaria e armazenamento para a ampliação dos apiários.

- **Cronograma de realização**

BIMESTRE	CRONOGRAMA
1º BIMESTRE	§ Criação do plano de ação em conjunto com o SEBRAE; § Atividades educacionais sobre sustentabilidade e a meliponicultura; § Formação continuada com parceiros apicultores; § Atividades práticas na horta;

	<p>§ Captação de recursos para execução do projeto.</p>
2º BIMESTRE	<p>§ Formação continuada com parceiros via SEBRAE;</p> <p>§ Consultoria técnica para construção e execução das obras de infraestrutura (tanques de captação da água da chuva; automação da irrigação da horta; minhocário; tanques de compostagem; estufas; apiários; canteiros de alvenaria; aquisição de semente e mudas)</p> <p>§ Formação continuada e certificada (online) sobre apicultura – EMBRAPA.</p> <p>§ Atividades práticas na horta;</p> <p>§ Formação continuada sobre o processo de compostagem</p> <p>§ Formação continuada sobre o manejo e manutenção do minhocário;</p>
3º BIMESTRE	<p>§ Formação continuada com parceiros via SEBRAE;</p> <p>§ Instalação dos apiários;</p> <p>§ Plantio de jardins e plantas que favoreçam a meliponicultura;</p> <p>§ Automação do processo de irrigação da horta;</p> <p>§ Atividades práticas na horta e apiários;</p>
4º BIMESTRE	<p>§ Formação continuada com parceiros via SEBRAE;</p> <p>§ Colheita e comercialização dos produtos;</p>

	<p>§ Culminância e premiação do projeto Soluções Sustentáveis & Empreendedoras para a prática da Apicultura e da Horta na Escola.</p> <p>§ Avaliação / melhoria do projeto para 2024.</p>
--	---

- **Referências**

- Internet, acesso em 21/11/2022:

<https://www.embrapa.br/e-campo/apicultura-para-iniciantes>

- Internet, acesso em 21/11/2022:

<https://www.conap.coop.br/2016/09/23/apicultura-e-agricultura-sustentavel/>

- Internet, acesso em 27/03/2023:

<https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/santaines/files/2016/03/Projeto-Horta-escolar-PAP-A-2015.pdf>

j) Clubinho da Leitura

- **JUSTIFICATIVA**

Não há dúvidas sobre os benefícios da leitura para o ser humano. A habilidade de decodificar sons, letras e sílabas é indispensável para iniciar uma experiência única com o mundo a sua volta. Sabe-se também que as competências leitoras são aprimoradas à medida que o ato de ler torna-se parte da vida social do indivíduo.

A leitura é um dos mecanismos que possibilita a ampliação do conhecimento e, sobretudo, do desenvolvimento humano, tornando-se a base para diferentes concepções de vivência. Segundo os estudos de Vigotski (2003), é esta vivência que irá constituir a unidade de formação e desenvolvimento da criança, do adolescente e do adulto.

A organização de ações que incentivem o contato com a leitura em uma unidade de internação de acolhimento de adolescentes em restrição de liberdade se faz urgente e indispensável por vários motivos, no âmbito deste projeto destacaremos os benefícios sociais, cognitivos e terapêuticos que justificam sua implementação.

Segundo dados oferecidos pelo blog Estante Virtual “a ciência comprova: ler faz bem ao cérebro” são apresentadas algumas respostas positivas que são reflexos do hábito da leitura:

1. A leitura estimula a memória, expandindo a capacidade de nossa mente.
2. A leitura é combustível inesgotável para a imaginação.
3. A leitura nos dá as palavras, instrumento para expressar nossos sentimentos.
4. A leitura nos aproxima da compreensão de mundo e da auto compreensão.
5. Ao ler, nos deparamos com aquilo que pensamos: com nossas crenças.
6. É possível experimentar com a leitura, sem de fato experimentar fisicamente.
7. O ato de ler naturalmente leva a escrever e a escutar. (site visitado em 20/04/2021, às 21h)

Para além dos benefícios cognitivos relativos ao desenvolvimento de habilidades relacionadas às aprendizagens escolar, pontuaremos, também, as estratégias terapêuticas que surgem da/na experiência leitora.

- Ajuda a diminuir o estresse.
- Desenvolve empatia.
- Bloqueia a solidão.
- Melhora a qualidade do sono.
- Amplia o foco e a concentração.
- Desperta a humanidade.
- Eleva a autoestima.

Diante do exposto, o Núcleo de Ensino em parceria com a Direção e Gerência Pedagógica da Unidade de Internação de Santa Maria estão empenhados na imediata

implementação de ações administrativas e pedagógicas para o início das atividades do clubinho da leitura ainda em abril de 2021.

- **OBJETIVO GERAL**

Trata-se de um projeto que tem como objetivo principal criar uma comunidade de leitura na Unidade de Internação de Santa Maria, oferecendo aos adolescentes que ali estão cumprindo medida socioeducativa de restrição de liberdade oportunidades diversas de contato com a experiência da leitura.

- **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Ampliar as competências leitoras e de produção textual;
- Apropriar-se das características que compõem cada gênero textual;
- Socializar a experiência de cada um com a leitura;
- Propor a partilha de conhecimentos;
- Incentivar o enriquecimento vocabular;
- Incentivar o falar e ouvir, respeitando o outro em sua individualidade;
- Reconhecer o elemento terapêutico trazido pelo ato da leitura;
- Despertar para o fazer estético.

- **PÚBLICO-ALVO**

Serão público-alvo desse projeto os estudantes do NUEN que tenham interesse em se reunir para conversar, trocar experiências sobre o ato de ler e que queiram participar do clube de leitura.

- **RECURSOS MATERIAL**

Para a implementação efetiva do clube de leitura, serão necessários:

- a) Um espaço destinado para o acolhimento do acervo;

- b) Estantes e caixas para organizar o acervo;
- c) Pastas catálogos para organizar as fichas com a identificação dos sócios;
- d) Livro ata para registro de visitas e empréstimos;
- e) Um responsável para organizar o espaço e orientar os interessados sobre as possibilidades de empréstimo do acervo;
- f) Caixa catálogo para organização das carteirinhas e fichas de leitura;
- g) Mural de avisos;
- h) Flip-chart

Material de papelaria:

- a) Folha A4
- b) Lápis de cor/ giz de cera/ canetinhas
- c) Lápis, borracha, caneta
- d) Tesoura sem ponta
- e) Cola e massa de modelar
- f) Grampeador

● **METODOLOGIA**

A organização das ações do clubinho de leitura se dividirá em três momentos:

- a) Leitura de livre escolha (de caráter individual): nessa etapa o estudante terá total liberdade para escolher e eleger sua leitura, podendo, caso seja permitido pela gerência de segurança, levar o livro para o módulo.

b) Leitura colaborativa (de caráter coletivo): a cada bimestre será selecionado (com a ajuda dos adolescentes) um livro físico. Então, o estudante que desejar participar da leitura colaborativa, será convidado a participa do encontro com outros estudantes que também leram o mesmo livro.

Nesse encontro, será proposta uma roda de conversa em que os participantes serão convidados a expressarem suas experiências com a leitura da obra em questão. Trata-se de um momento de socialização de sentimentos, emoções e de formação de leitores.

Realizaremos uma breve apresentação biográfica do autor(a), contexto histórico da obra, fatos importantes que marcaram a escrita, discutiremos sobre o gênero literário em que a obra se encaixa, suas características estruturais, a dinâmica do enredo.

Depois, partiremos para a leitura compartilhada do livro. Selecionaremos fragmentos marcantes do livro, conversaremos sobre a temática, os personagens, a história que compõe a obra literária.

A partir dessa leitura, pode-se propor um ateliê de produções estéticas em que os estudantes serão convidados a materializar, em várias linguagens, suas percepções sobre a obra.

Sugestão para a primeira leitura colaborativa: Quarto de Despejo, de Carolina de Jesus.

c) Kit leitura (semanal, durante as aulas de Língua Portuguesa): Toda sexta feira, os estudantes receberão um kit contendo: um gibi/ um livro/ uma revista; lápis; ficha de leitura para registro. Esse kit deverá ser entregue e recolhido pela coordenação ao final da aula.

Observação: após o recolhimento, sugerimos que todo o material seja colocado no armário sanitizante.

Para registro das observações dos textos lidos, trabalharemos com as FICHAS DE LEITURA que serão distribuídas para o estudante que desejar registrar suas leituras e participar da bonificação do clubinho.

Para incentivar a adesão dos adolescentes ao clubinho, faremos um mural com o nome dos sócios que mais participam do clubinho e, conseqüentemente, divulgaremos a premiação.

Informo que as ações a) e c) podem ser viabilizadas durante o ensino não presencial, porém, recomenda-se a disponibilidade do ensino remoto para que o desenvolvimento das atividades possa ser acompanhado pela professora regente.

• **HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS SEGUNDO A BNCC**

➤ (EF69LP44) Inferir a presença de valores sociais, culturais e humanos e de diferentes visões de mundo, em textos literários, reconhecendo nesses textos formas de estabelecer múltiplos olhares sobre as identidades, sociedades e culturas e considerando a autoria e o contexto social e histórico de sua produção.

➤ (EF69LP45) Posicionar-se criticamente em relação a textos pertencentes a gêneros como quarta-capa, programa (de teatro, dança, exposição etc.), sinopse, resenha crítica, comentário em *blog/vlog* cultural etc., para selecionar obras literárias e outras manifestações artísticas (cinema, teatro, exposições, espetáculos, CD's, DVD's etc.), diferenciando as sequências descritivas e avaliativas e reconhecendo-os como gêneros que apoiam a escolha do livro ou produção cultural e consultando-os no momento de fazer escolhas, quando for o caso.

➤ (EF69LP46) Participar de práticas de compartilhamento de leitura/recepção de obras literárias/ manifestações artísticas, como rodas de leitura, clubes de leitura, eventos de contação de histórias, de leituras dramáticas, de apresentações teatrais, musicais e de filmes, cineclubes, festivais de vídeo, saraus, *slams*, canais de *booktubers*, redes sociais temáticas (de leitores, de cinéfilos, de música etc.), dentre outros, tecendo, quando possível, comentários de ordem estética e afetiva e justificando suas apreciações, escrevendo comentários e resenhas para jornais, *blogse* redes sociais e utilizando formas de expressão das culturas juvenis, tais como, *podcasts* culturais (literatura, cinema, teatro, música), *playlists* comentadas, *fanfics*, fanzines, *e-zines*, fanvídeos, fanclipes, *posts* fanpages, *trailer* honesto, vídeo-minuto,

dentre outras possibilidades de práticas de apreciação e de manifestação da cultura de fãs.

➤ (EF69LP48) Interpretar, em poemas, efeitos produzidos pelo uso de recursos expressivo sonoros (estrofação, rimas, aliterações etc), semânticos (figuras de linguagem, por exemplo), gráfico espacial (distribuição da mancha gráfica no papel), imagens e sua relação com o texto verbal.

• REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

Vigotski, Lev Semenovitch. Pensamento e Linguagem. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Sites visitados:

<[A ciência comprova: ler faz bem para o cérebro | Estante Virtual Blog](#)>

k) Educando pelos temas Transversais

• **Justificativa**

Uma grande parte dos jovens que estão em uma Unidade de Internação é evadida das escolas de origem. Isso acaba dificultando a construção da cidadania de uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva. Nessa perspectiva é que foram incorporadas como Temas Transversais as questões da Sustentabilidade, Cidadania, Direitos Humanos e Diversidade. Conseqüentemente, a formação pedagógica do estudante torna-se mais plural, crítica e envolvente.

Por estarem, na maioria das vezes, em situação de vulnerabilidade social, percebeu-se a necessidade de abordar os temas transversais durante o ano letivo de forma a ofertar a sua inclusão social e autonomia.

O projeto “Educando pelos temas Transversais” visa elevar o nível de escolaridade desses jovens, aumentando as possibilidades de inserção na vida adulta de maneira menos improvisada, favorecendo a possibilidade de concretizar sonhos e participar mais ativamente da vida social e empreendedora.

Segundo o MEC (1998, p. 23 e 24) A relação educativa é uma relação política, por isso a questão da democracia se apresenta para a escola assim como se apresenta para a sociedade. Essa relação se define na vivência da escolaridade em sua forma mais ampla, desde a estrutura escolar, em como a escola se insere e se relaciona com a comunidade, nas relações entre os trabalhadores da escola, na distribuição de responsabilidades e poder decisório, nas relações entre professor e aluno, no reconhecimento dos alunos como cidadãos, na relação com o conhecimento. A eleição de conteúdos, por exemplo, ao incluir questões que possibilitem a compreensão e a crítica da realidade, ao invés de tratá-los como dados abstratos a serem aprendidos apenas para “passar de ano”, oferece aos alunos a oportunidade de se apropriarem deles como instrumentos para refletir e mudar sua própria vida.

Assim, é de suma importância que as ações bimestrais propostas pela escola dialoguem com os temas transversais por meio de oficinas e outros projetos escolares, isso é fundamental para o desenvolvimento dos alunos, proporcionando uma aprendizagem de qualidade, com confiança, respeito mútuo, solidariedade e fortalecimento da autoestima.

- **Objetivos**

A proposta desse trabalho é promover por intermédio de outros projetos já aplicados na escola, uma interação dos temas transversais às ações pedagógicas bimestrais que estimulem uma aprendizagem mais crítica e plural.

- **Metodologia**

Todo bimestre um dos eixos dos temas transversais será abordado por parte da equipe escolar, onde os mesmos serão responsáveis por atuarem de forma mais incisiva o eixo em questão selecionado, já os demais servidores servirão como uma rede de apoio. Para tanto, faz-se necessárias algumas ações bimestrais:

- Sensibilização da temática a ser abordada;
- Oficinas de Conhecimento;
- Produção de matérias relacionados a temática;
- Culminância da temática bimestral.

- **Cronograma Anual**

- 1º Bimestre – Sustentabilidade - Soluções Sustentáveis & Empreendedoras para a prática da Apicultura e da Horta na Escola
- Bimestre – Cidadania – Direitos e deveres sob um olhar crítico
- 3º Bimestre – Direitos Humanos – Slam
- 4º Bimestre – Diversidade – Encceja / Enem; África em nós

- **Público Alvo**

Alunos do Ensino Fundamental e Médio.

- **Referências**

Acesso, em 28/03/2003.

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>

13 - Estratégias de Reagrupamentos Interclasse e Intraclasse

A Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010, do Conselho Nacional de Educação, art. 27, § 2º prevê a mobilidade e a flexibilidade dos tempos e dos espaços escolares e a diversidade no agrupamento de estudantes. O reagrupamento consiste em um conjunto de estratégias pedagógicas que permitem agrupar os estudantes de acordo com suas dificuldades e potencialidades de aprendizagem a fim de promover o

avanço contínuo das aprendizagens. Deve ser uma atividade intencional e planejada pelo grupo de professores que o desenvolverá, registrará, acompanhará e avaliará sistematicamente.

Os reagrupamentos serão desenvolvidos pelos professores no próprio turno de regência, e o planejamento dessas ações deve ocorrer coletivamente, durante a coordenação pedagógica e a partir de objetivos definidos pelos professores, que estabelecerão critérios intencionais de reagrupamento. No caso das Unidades de Internação, os reagrupamentos serão sempre executados em parceria com as equipes de segurança da Unidade.

Os reagrupamentos podem ser: interclasse, intraclasse, intraclasse com equipes fixas, intraclasse com equipes flexíveis.

a) Reagrupamento Interclasse

Caracteriza-se como atividade diversificada com o reagrupamento dos alunos de outras turmas para vivenciarem atividades pedagógicas comuns. A organização dos reagrupamentos deve ocorrer a partir dos resultados das avaliações diagnósticas do desempenho das turmas / estudantes, realizadas ao longo dos períodos letivos.

Durante os reagrupamentos interclasse, é importante que cada professor (incluindo os que se encontram fora de regência) se disponha a atuar de acordo com sua área de formação ou interesse com tarefas, propostas de intervenção para atendimento às dificuldades específicas de aprendizagem, compartilhamento de recursos e experiências, desenvolvimento de atividades diversificadas do contexto diário de sala de aula.

A periodicidade de realização do reagrupamento interclasse será definida de acordo com os objetivos de aprendizagem indicados pela equipe escolar, ou seja, o número de vezes por semana e o tempo de duração da atividade devem ser planejados com vistas aos objetivos. No entanto, a importância dessa atividade para o progresso das aprendizagens dos estudantes da socioeducação reforça a necessidade de que seja realizado o mais frequentemente possível.

O reagrupamento interclasse deverá ser registrado no Diário de Classe, tanto do docente que encaminha os estudantes, quanto do docente que recebe o estudante, especificando os critérios utilizados para a formação dos grupos, as atividades desenvolvidas e o período de realização.

Vale ressaltar que não haverá com isso formação de novas turmas. Os estudantes continuam registrados nos Diários de Classe em suas turmas de referência ou origem (matrícula), tendo em vista o caráter temporário e dinâmico do reagrupamento interclasse.

b) Reagrupamento Intraclasse

O reagrupamento intraclasse consiste na formação de grupos de estudantes de uma mesma turma, de acordo com suas dificuldades de aprendizagem ou suas potencialidades para a realização de atividades diversificadas. As intervenções pedagógicas serão definidas e planejadas pelo docente, de acordo com o resultado da avaliação diagnóstica, a partir da qual serão estabelecidos os objetivos e as estratégias didáticas a serem desenvolvidas. O reagrupamento intraclasse pode ocorrer de duas maneiras: com equipes fixas e flexíveis.

O reagrupamento intraclasse com equipes fixas consiste em distribuir os estudantes da mesma turma em grupos de cinco a sete alunos, durante um período de tempo definido pelo professor (dias, semanas, mês, bimestre). Cada professor pode planejar, junto com os estudantes, as funções que desempenharão no grupo (secretário, coordenador, redator, relator), alternando-as para que todos exerçam papéis diferentes durante o ano letivo. Esta prática corrobora o trabalho colaborativo na sala de aula.

O reagrupamento intraclasse com equipes flexíveis implica a constituição de grupos de dois ou mais componentes com o objetivo de desenvolver uma determinada atividade. Os dados da avaliação diagnóstica podem indicar a composição desses grupos, sendo organizados com estudantes que apresentam a mesma dificuldade de aprendizagem ou com estudantes que evidenciam diferentes níveis de aprendizagem, para que possam ajudar-se mutuamente e, ao mesmo tempo, auxiliar o professor na orientação daqueles que ainda não se apropriaram de determinado conteúdo.

No intuito de ilustrar essas possibilidades, apresentamos um exemplo de reagrupamento intraclasse feito em uma unidade escolar da rede pública de ensino do DF.

No primeiro momento, todos os professores realizaram uma avaliação diagnóstica dos estudantes para conhecerem os níveis de aprendizagem deles. Para o

registro, criaram uma ficha de avaliação diagnóstica da aprendizagem com a identificação de níveis, sendo: Nível 1 - não sabiam ainda; Nível 2 - sabiam pouco; Nível 3: sabiam bem. Todos os professores fizeram esse diagnóstico aplicando um teste, exercício, etc. que auxiliasse na identificação das dificuldades apresentadas pelo estudante.

No segundo momento, após todos os estudantes terem sido diagnosticados, cada professor fez o reagrupamento intraclasse (com equipes fixas ou flexíveis), com o auxílio de estudantes monitores que já estavam no nível de aprendizagem 3. O reagrupamento aconteceu sistematicamente durante todo o primeiro bimestre quando foram realizadas atividades específicas para cada grupo, de modo que os estudantes avançassem nas aprendizagens. Paralelamente, os estudantes participavam do reagrupamento interclasse, que acontecia concomitante ao reagrupamento intraclasse.

- **Observação**

Este projeto necessita do atendimento presencial do professor. Por esse motivo, sua execução só será possível no formato presencial.

14 - Projeto Interventivo

O Projeto Interventivo é destinado a grupos de estudantes com dificuldades específicas de aprendizagem, sendo sua oferta permanente e o atendimento aos estudantes, provisório e dinâmico. Ou seja, os alunos ingressam e saem dele em diferentes momentos sempre que houver necessidade. O principal objetivo do Projeto Interventivo é, portanto, trabalhar as dificuldades de aprendizagem assim que elas surjam por meio de estratégias diversificadas. É uma proposta de intervenção complementar e, embora seja destinado ao atendimento de um grupo específico de estudantes, deve prever também o atendimento individualizado a partir das dificuldades de aprendizagem por eles evidenciadas e da organização da instituição.

Os objetivos do Projeto Interventivo são específicos e as estratégias didático-metodológicas que o constituem devem ser registradas no Diário de Classe, assim como as avaliações realizadas para que se possa analisar, por meio de observações do processo e dos resultados alcançados, sua validade ou necessidade

de alteração. Esse registro deve observar as orientações da SEEDF para uso do Diário de Classe e ser complementado com outros instrumentos escolhidos pela escola e ou pelo professor. Convém observar que o registro do Projeto Interventivo deve traduzir, de forma clara e objetiva, o dinamismo de sua aplicação.

O conjunto de profissionais atuantes na escola é responsável pela construção, desenvolvimento e avaliação dos Projetos Interventivos. Constituem, portanto, resultado da ação coletiva dos membros da unidade escolar. Esse processo deve ser acompanhado e orientado pelos coordenadores pedagógicos locais e intermediários.

- **Observação**

Este projeto visa o atendimento presencial do aluno com o professor, porém em tempos e circunstâncias especiais, poderá ser realizado de forma remota com o auxílio de vídeos gravados pelo professor, explicando a resolução das questões que serão revisadas e a utilização de material impresso.

A execução do projeto ocorrerá todo final de bimestre.

15 - Contrato Didático

O contrato didático realizado entre professores e alunos é uma prática que contribui para a co-responsabilidade desses sujeitos, que passam a atuar como partícipes das atividades educativas que ocorrem no âmbito da escola. Essa prática se reveste de maior significado no contexto da socioeducação, pelo fato de os estudantes, embora tenham vivenciado situações escolares nem sempre exitosas, ainda acreditarem na Escola como possibilidade, conforme evidenciam os dados da pesquisa realizada pela CODEPLAN em 2013, explorados neste documento.

O contrato didático pode ser construído por meio de oficinas de planejamento e avaliação coletiva do trabalho. É uma ação pedagógica que se desenvolve na aula com a efetiva participação dos alunos com o intuito de co-responsabilizá-los pelo trabalho pedagógico, de sua concepção ao desenvolvimento e avaliação. Visa à ratificação ou retificação da proposta de trabalho sugerida inicialmente pelo docente. Algumas etapas podem auxiliar o professor na construção de um contrato didático com os estudantes:

Apresentar o plano de ensino para discussão e contribuições dos estudantes.

a. (Re)definir temas/assuntos de interesse dos alunos, de acordo com os conteúdos propostos no Currículo em Movimento (DISTRITO FEDERAL, 2014a) e os objetivos de aprendizagem.

b. (Re)construir ou adequar o material pedagógico, tendo em vista as necessidades e interesses da turma.

c. Propor e incorporar sugestões de estratégias metodológicas que incentivem o estudante a atuar ativamente no desenvolvimento das atividades, como seminários, pesquisas coletivas, dinâmicas de trabalho grupal, entre outros.

d. Discutir e definir procedimentos, instrumentos e critérios de avaliação da aprendizagem que melhor se adaptem ao perfil dos estudantes e oportunizem a eles acompanhar seu desempenho escolar.

e. Definir com os estudantes procedimentos e instrumentos formais de avaliação, bem como a frequência com que serão realizadas essas atividades pedagógicas.

f. Construir e aplicar procedimentos/instrumentos que possibilitem a autoavaliação pelos estudantes.

16 - Atividades Diversificadas

A organização didática da aula na socioeducação deve pautar-se pela ruptura com processos conservadores de ensinar, aprender e avaliar. Isto porque o perfil dos adolescentes/jovens que cumprem medidas socioeducativas requer o planejamento de aulas numa perspectiva criativa pautada pela relação pedagógica que favoreça a atitude colaborativa dos estudantes, na construção do conhecimento.

Para isso, as estratégias metodológicas propostas devem promover a articulação teórico-prática com a indicação de atividades diversas, como análise de situações-problema com posicionamento crítico e criativo dos estudantes; aulas práticas em laboratório, seguidas da avaliação da compreensão que os discentes tiveram dos princípios, aplicações e limitações das técnicas e interpretação dos resultados obtidos; pesquisas utilizando materiais diversos, como revistas, livros, periódicos, jornais, entre outros. Essas opções metodológicas buscam a problematização e a vinculação do conhecimento com a realidade, ou seja, uma

formação contextualizada e mais integrada possível às diferentes áreas do conhecimento.

A seguir, indicamos algumas técnicas de ensino sem a intenção de prescrever processos, mas de ampliar as possibilidades de atividades que promovam a participação e o envolvimento dos estudantes na aula.

- Aula expositiva dialogada: consiste na exposição do conteúdo / temática, tomando como ponto de partida os conhecimentos prévios dos alunos. Requer a participação dos estudantes de forma ativa, sendo que o professor faz questionamentos suscitando a discussão e o interesse sobre o objeto de estudo, confrontando-o com a realidade. Para isso, pode recorrer a questões, problemas, filmes, textos provocativos, entre outros, para provocar os estudantes no início da aula (ANASTASIOU & ALVES, 2005).

- Tempestade cerebral: é uma técnica que incentiva a imaginação e exposição espontânea do aluno sobre um conteúdo ou tema por meio da elaboração de novas ideias, palavras-chave, conceitos. Tudo o que for indicado pelo aluno será registrado no quadro, papel pardo ou computador; se necessário, o professor solicita uma explicação do estudante sobre suas indicações (ANASTASIOU & ALVES, 2005).

- Mapa conceitual: é a construção de uma representação gráfica da organização conceitual dos sujeitos, sendo de grande valor para o ensino, a aprendizagem, a investigação e a avaliação. As organizações gráficas podem ser: hierárquicas, lineares e em rede (VEIGA, 1998).

A organização linear é simples e reduzida; cada elemento está ligado a um antecedente e a um conseqüente.

A organização hierárquica indica a subordinação de conceitos, ligando-os a um ou mais elementos. As relações entre os elementos são estritamente hierárquicas. Na organização em rede, não há um limite natural em sua estruturação. De qualquer conceito podem sair conexões sem alterar sua compreensão lógica. Seu formato pode descrever sua complexidade. Segundo Veiga (1998, p.58), os mapas conceituais constituem ferramenta para a organização e representação do conhecimento, não como simples ilustração, mas “[...] como geradores e facilitadores do ensino, da aprendizagem, da pesquisa e da avaliação. A concepção de um mapa conceitual específico requer descrição e interpretação. Por isso, deve ser fundamentado em um texto”.

- Estudo dirigido: é uma técnica de estudo que ocorre sob a orientação do professor em atendimento aos objetivos de aprendizagem definidos no planejamento. Deve ser organizado de acordo com objetivos específicos de aprendizagem. O desenvolvimento do estudo dirigido envolve leitura individual orientada por roteiro preparado pelo docente e resolução de questões e problemas com suporte do material estudado. As construções do estudante serão acompanhadas e avaliadas sem a preocupação em atribuir notas ou classificar os alunos (ANASTASIOU & ALVES, 2005).

- Lista de discussão por meios informatizados: possibilita a um grupo de estudantes o debate sobre determinado tema estudado previamente ou com necessidade de aprofundamento não presencial em atendimento aos objetivos de aprendizagem. Essas ferramentas vão da forma mais simples (e-mail de grupos), sem apoio de tutoria, até os mais interativos por redes de computadores ou plataformas, como, por exemplo, a plataforma Moodle (ANASTASIOU & ALVES, 2005).

- Phillips 66: é uma técnica viável em turmas maiores e consiste em organizar os estudantes em grupos com seis pessoas, para discutir um determinado tema durante seis minutos. É adequada quando for necessária a definição rápida de sugestões para planejamento de atividades, para levantamento de temas de interesse e dificuldades de aprendizagem, bem como a busca de alternativas para resolução de problemas. Gera maior participação dos componentes do grupo (ANASTASIOU & ALVES, 2005).

- Grupo de verbalização e de observação (GV/GO): é uma técnica em que se divide a turma em dois grupos: um grupo de verbalização (GV) forma círculo interno e outro de observação (GO) forma círculo externo. Na primeira fase, o grupo GV discute o tema e o grupo GO observa e faz anotações sobre a discussão, questões e argumentos levantados. Na segunda fase, os estudantes invertem os papéis. É uma técnica informal e possibilita a discussão sobre temas sob a coordenação do professor. Requer leituras, estudos preliminares, enfim, a apropriação do conteúdo ou tema pelos estudantes. É ideal para turmas menores. Todos os estudantes fazem anotações para elaboração de textos sobre o conteúdo ou tema em estudo (ANASTASIOU & ALVES, 2005).

- Seminário: é uma técnica em que um grupo, depois de aprofundar o estudo de um tema, o coloca em debate com os outros grupos para problematização, análise e síntese. Após a apresentação das ideias do grupo, todos passam ao debate, levantando novas questões geradoras de investigação (ANASTASIOU & ALVES, 2005).

- Estudo de caso: refere-se à análise minuciosa de uma situação real em que os estudantes fazem uma investigação sob a orientação do professor e, posteriormente, a apresentam para a turma. O caso é exposto pelo professor, podendo ser um para cada grupo ou o mesmo para os diversos grupos. É analisado pelo grupo que relaciona os aspectos que podem ajudar na resolução. O professor retoma os pontos discutidos nos grupos e as soluções propostas. Após o debate com todos os grupos, são relacionadas as conclusões que contribuem para a compreensão do caso em estudo (ANASTASIOU & ALVES, 2005).

- Júri simulado: pode levar a turma à análise e avaliação de uma situação problematizadora, de um fato ocorrido na sociedade, exercitando a capacidade de crítica e a elaboração de argumentos de defesa e de acusação. Seu desenvolvimento envolve: apresentação de um problema concreto à turma para estudo; definição de papéis (um juiz que organiza a sessão e apresenta questionamentos ao conselho de sentença, um escrivão que redige o relatório dos trabalhos). Os demais componentes da turma serão divididos em quatro grupos: promotoria e defesa com grupos de um a quatro alunos cada; conselho de sentença com sete alunos que, a partir dos argumentos, apresentará a decisão final e o plenário com os demais alunos que serão observadores do desempenho da promotoria e da defesa. Devem fazer uma apreciação final sobre a atuação de ambos. É definido um período para que a promotoria e a defesa se preparem sob a orientação do professor. Durante o júri, promotoria e defesa terão 15 minutos para apresentar seus argumentos sobre o problema (ANASTASIOU & ALVES, 2005).

- Estudo do meio: propicia o contato com a realidade social para a construção do conhecimento, por meio da vivência e compartilhamento de experiência com outros sujeitos. Possibilita abordagem interdisciplinar do contexto natural e social no qual o estudante se insere, visando à análise de determinada problemática ou temática (ANASTASIOU & ALVES, 2005).

- Oficina: possibilita a aprendizagem sobre o objeto de estudo de forma aprofundada, mediante a aplicação de conceitos e conhecimentos adquiridos. Pode ser realizada em pequenos grupos não ultrapassando 20 alunos, com interesses comuns sob a orientação do professor que também providencia o material didático e organiza o espaço com antecedência. Pode envolver diferentes atividades: estudos individuais, pesquisa bibliográfica, palestras, discussões, resolução de problemas, redação de

trabalhos, entre outros (ANASTASIOU & ALVES, 2005). Em que pese a importância dos métodos, dos procedimentos, das técnicas e dos instrumentos para a mediação do processo de ensino-aprendizagem, é necessário reconhecer com Meireu (2002) que o ato pedagógico genuíno é a inventividade do profissional da educação sempre que a realidade se apresenta como resistência a seu planejamento. Estudando o sofrimento no trabalho, Dejours (1994) construiu um referencial teórico: a psicodinâmica do trabalho e um método de profilaxia e terapêutica do sofrimento no trabalho: a clínica do trabalho. Para o autor, o trabalho ocupa lugar de centralidade nas subjetividades e todo trabalho, do mais simples ao mais complexo, possui prescrições. Contudo, não há prescrição que dê conta do real. Logo, todo trabalho produz sofrimento. Ante o sofrimento, pode o trabalhador render-se à impotência da prescrição e adoecer ou ser criativo. Defende ainda que os profissionais tenham um espaço de fala-escuta no qual possam, com seus pares, retirar da invisibilidade essa criatividade e serem reconhecidos. Numa Unidade de Internação, encontramos adolescentes ocupando o lugar de alunos por uma imposição do sistema socioeducativo, pois, em sua maioria, paradoxalmente, não guardam boas referências do espaço escolar e continuam acreditando ser a Escola incapaz de transformar suas vidas. Assim, é comum uma postura refratária ao espaço da escolarização por parte deles e por todos os motivos que aqui já descrevemos. Nesse sentido, o mínimo que o profissional da educação tem a fazer é “armar-se” com o planejamento permeado pela avaliação formativa no qual os objetivos, os métodos, os procedimentos, as técnicas, os instrumentos possam encontrar-se bem especificados. Agindo dessa forma, terá mais elementos e recursos para mobilizar sua inventividade ou criatividade ante a resistência de um real tão adverso.

17 - Avaliação para as Aprendizagens na Socioeducação.

As concepções e práticas avaliativas aplicadas no sistema socioeducativo se baseiam nas orientações sistematizadas nas Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional, em Larga Escala, para a Rede Pública de Ensino, do Distrito Federal, Triênio 2014-2016, aprovadas pela Portaria nº 128/SEDF, de 04 de junho de 2014, com fulcro no Parecer nº 93/2014-CEDF. Ressalte-se que estas

diretrizes se aplicam a toda rede pública de ensino do DF, inclusive para a escolarização dos socioeducandos.

As Diretrizes de Avaliação apresentam a função formativa da avaliação como a que melhor atende aos propósitos de educação integral dos estudantes. Avaliar formativamente pressupõe um processo permanente de diagnóstico e adoção de estratégias interventivas, visando garantir as aprendizagens de todos.

Desta forma, a avaliação dos estudantes da socioeducação deve ser contínua e processual, privilegiando a formação humana e buscando facilitar as aprendizagens. Deve levar em conta, de modo especial, os elementos qualitativos dos resultados, bem como a observância do processo de aprendizagem neles traduzidos.

Esse cuidado impede que sejam considerados somente os valores atribuídos pelo professor a provas ou a outro instrumento com caráter exclusivamente classificatório e finalista. A perspectiva de avaliação formativa é mostrar-se, portanto, mais apropriada para a socioeducação, pois oportuniza o conhecimento e a compreensão do desempenho dos estudantes por parte do professor e da equipe pedagógica.

Para tanto, torna-se indispensável uma parceria dos sujeitos envolvidos na política pública de escolarização na socioeducação, no sentido de refletir sobre o uso que se tem feito da avaliação com foco na classificação e consequente exclusão daqueles que não se enquadram em padrões definidos a priori pela Escola e pela sociedade, de um modo geral.

Na socioeducação, professores e estudantes devem participar do processo de avaliação por meio de vários procedimentos e instrumentos que possibilitem maiores oportunidades aos estudantes de evidenciar suas aprendizagens e ter reconhecidas e valorizadas suas experiências.

A auto avaliação pelos estudantes, acompanhada de registros reflexivos ou diários de bordo que podem compor portfólios, constitui um desses procedimentos. Esta forma de avaliar se destaca de modo especial pela possibilidade que representa de auxiliar os professores na análise do desempenho acadêmico dos estudantes, a partir das percepções dos próprios estudantes acerca de seu processo de aprendizagem.

Outra prática que deve ser assumida pelos docentes é discutir e estabelecer com os estudantes os critérios que serão utilizados para avaliá-los e dar a eles o

retorno ou feedback em face das produções que eles realizam. O conhecimento, por parte dos estudantes, dos critérios utilizados para avaliá-los, bem como de suas conquistas e dificuldades de aprendizagem constitui um ato pedagógico altamente produtivo para os docentes e discentes, servindo para o fortalecimento de processos formativos de avaliação e, de modo especial, os de auto avaliação.

Os critérios e procedimentos avaliativos devem considerar os objetivos formativos dos alunos e professores, valorizando as capacidades cognitivas, as peculiaridades culturais e socioeconômicas, contribuindo, assim, para a formação integral do estudante, na perspectiva da educação com qualidade social.

A esse respeito, reitera-se que a avaliação informal (emissão de juízos de valores) sobre os jovens/adolescentes não deve transformar-se em elemento de exclusão e de exposição dos indivíduos. Os mesmos elementos da avaliação informal podem estar a favor dos alunos, dos docentes e da escola se utilizados de maneira formativa e encorajadora. No caso dos jovens/adolescentes da socioeducação, a avaliação informal positiva constitui elemento imprescindível, uma vez que apresenta condições de elevar sua autoestima e, como consequência, potencializar sua confiança na capacidade que possuem para aprender e progredir.

Para o alcance de tal propósito, a avaliação para as aprendizagens dos estudantes em medida de Internação não deve limitar-se aos pontos em que apresentou insucesso, mas considerar suas possibilidades e avanços das aprendizagens. Do mesmo modo, o trabalho pedagógico da escola e da sala de aula deve ser alvo de análises sistemáticas, buscando potencializar acertos e corrigir possíveis distorções.

A organização do trabalho pedagógico deve ser mobilizada no sentido de promover não apenas a aprendizagem dos alunos, mas também a dos professores e de toda a escola. Sendo assim, as escolas das Unidades de Internação ou que tenham estudantes em cumprimento de medida socioeducativa deverão seguir as Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF (DISTRITO FEDERAL, 2014b), respeitando-se as especificidades do atendimento da realidade.

A diversificação e diferenciação de estratégias didático-metodológicas em atendimento às dificuldades e interesses desses adolescentes constituem um caminho promissor para tornar significativo o ensino e potencializar as possibilidades de construção de aprendizagens que conduzam ao exercício da cidadania. Os princípios

da avaliação formativa deverão ser, portanto, a base do processo de ensino-aprendizagem a ser desenvolvido pelas escolas que atendem a socioeducandos.

Ao final da internação, a escola encaminhará a documentação do estudante - incluindo todos os registros e à unidade escolar de destino do socioeducando, a fim de que se tenha garantido o reconhecimento de seu percurso escolar durante a Internação.

Alerta-se para que o documento de encaminhamento do estudante advirta para o cuidado com o sigilo quanto à autoria do ato infracional (art. 143 – ECA), não podendo a escola de destino registrar em nenhum documento escolar do estudante sua condição de cumprimento de medida socioeducativa ou de autoria de ato infracional, o que poderá acarretar multa (art. 247 - ECA). Solicita-se ainda que se reforce o inteiro teor da Portaria nº 71/2014 (já apresentada neste documento) e a obrigatoriedade do cumprimento da Portaria Conjunta SEEDF e SECriança nº 9/2013 (também já apresentada neste documento).

O processo avaliativo formativo praticado na socioeducação não se limita aos processos cognitivos; amplia-se ao levantar e fornecer informações sobre a trajetória pessoal e acadêmica dos estudantes e da comunidade escolar, subsidiando a organização do trabalho pedagógico de sala de aula e de toda a escola, seja da própria escola na Unidade de Internação ou da escola para onde será encaminhado o estudante da socioeducação. Apresentamos sugestões de estratégias que favorecem o conhecimento dos estudantes: estudos diagnósticos e estudos de casos.

a) Avaliação diagnóstica na socioeducação

A realização de avaliação diagnóstica dos estudantes em cumprimento de medida socioeducativa objetiva conhecer a especificidade de cada adolescente/jovem que se encontra na condição de estudante, bem como da comunidade escolar. Para tanto, se faz necessário que os múltiplos atores-autores da escola: professores, orientadores educacionais, coordenadores pedagógicos, equipe gestora, equipe de apoio à aprendizagem (EEAA) e orientação educacional levantem dados e desenvolvam estudos e discussões sobre a história desses sujeitos. Nesse processo,

destacamos os cuidados éticos com as informações levantadas por meio de documentos, entrevistas orais, atendimentos com especialistas.

Para o levantamento dessas informações, a escola deve trabalhar muito próximo aos demais setores da SECriança (seja em uma Unidade de Internação ou com as UAMA ou USL), de forma a receber e oferecer dados sobre o estudante, com o sigilo necessário, centrando nos fatores relacionados a sua vida escolar. Para tanto, pode recorrer a procedimentos ou instrumentos de pesquisa, como entrevistas, roda de conversa, grupos focais, questionários, testes diagnósticos, entre outros.

A partir dos dados/informações obtidos com a aplicação desses procedimentos ou instrumentos, será realizada análise com vistas a conhecer o estudante e planejar as intervenções necessárias. Ou seja, o conhecimento da história e da realidade local subsidiará as equipes pedagógicas e os professores em seus planejamentos: projetos pedagógicos, planos de unidade e de aula.

A avaliação diagnóstica deve subsidiar uma análise territorial e social, levando em conta as perspectivas dos estudantes, dos professores, da família e dos demais setores da SECriança. Para isso, é necessário dar voz a todos esses segmentos com vistas à contextualização do planejamento pedagógico e ao conhecimento dos sujeitos da aprendizagem, objetivando a construção de um contrato didático. De acordo com Bortoni (2003), o contrato didático trata das relações das aprendizagens, sendo, portanto, uma relação não entre professor e aluno, mas entre estes e o conhecimento, ou seja, uma relação pedagógica.

A escola deverá ter uma rotina de recepção de cada estudante e de seus familiares, em articulação com as equipes técnicas da SECriança, para avaliação de sua situação educacional e social. Nesse momento, deverão ser levantadas informações sobre o nível de conhecimento em que se encontra o estudante, suas aspirações, sonhos e perspectivas, bem como sobre sua realidade social, econômica e cultural. Alerta-se ainda para o estudo da trajetória escolar dos estudantes que é feito no Núcleo de Atendimento Integrado (NAI).

Para atingir esse fim, a escola deverá agrupar os estudantes de acordo com o nível de escolarização, a partir da análise da documentação entregue pela família, da entrevista feita com o estudante ou de estudos diagnósticos elaborados especificamente para esse fim.

Na ausência de documentação que comprove a escolarização anterior, deverá ser realizado, de acordo com a legislação vigente, o exame de classificação, que será complementado com a avaliação diagnóstica já mencionada neste documento.

Os diagnósticos oferecem informações sobre o desempenho dos estudantes, principalmente, em leitura e escrita. Com base nas avaliações realizadas, o estudante será agrupado/ enturmado no Ciclo ou Bloco/ano escolar mais condizente com sua realidade.

No quadro a seguir, são apresentadas orientações para a realização da avaliação diagnóstica, podendo ser acrescentados outros aspectos considerados relevantes pela equipe da Unidade. É preciso atentar para o fato de que muitos desses dados já poderão ter sido levantados pelo NAI e constam do Plano de Atendimento Individual (PIA) do adolescente.

Quadro 2 – Orientações sobre aspectos a serem observados na avaliação diagnóstica dos alunos

Identificação	Saúde e medicação	Conhecimentos acadêmicos	Subjetividade
- Nome, filiação, endereço, idade, sexo, nível de escolaridade, breve histórico de seu percurso escolar, históricos de reprovação, evasão ou transferência à revelia de seus interesses e ou de seus familiares, disciplinas em que tem maior facilidade	-Recomendação médica, doenças existentes, drogas, utilização de medicamentos. - Consulta ao PIA do estudante.	- Leitura, escrita, produção oral, raciocínio lógico-matemático, letramentos diversos (usos dos conhecimentos em situações práticas da vida). - Interesses diversos: profissional, atividades artísticas, musicais ou esportivas. -Dificuldades de	- Medos, anseios, fobias, desejos, vínculos afetivos.

<p>e maior dificuldade. - Documento comprobatório de escolaridade e ou local onde estudou antes de vir para a unidade. - Configuração do grupo familiar, incluindo dados, como: tem prole, companheiro ou companheira, etc.</p>		<p>aprendizagem evidenciadas.</p>	
---	--	-----------------------------------	--

b) Estudos de casos

Defendemos, entre os tempos e espaços existentes para o planejamento do trabalho docente, que se reservem períodos sistemáticos para estudo e pesquisa de diferentes experiências pedagógicas voltadas aos alunos e suas dificuldades específicas de aprendizagem, quando serão colocados em pauta casos particulares de alunos - individualmente ou em grupos - visando à análise de suas dificuldades e a construção de estratégias pedagógicas para sua superação. Os procedimentos ou instrumentos orientadores das análises serão os registros dos professores, as atas de conselhos de classe ou documento equivalente, os resultados dos estudos diagnósticos, a percepção dos profissionais, o Plano Individual de Atendimento (PIA) e outros adotados pela Unidade de Internação ou pela escola.

O estudo de caso será desenvolvido pelos profissionais envolvidos no trabalho pedagógico: direção, coordenação pedagógica, professores regentes das turmas/grupos de estudantes e, quando for o caso, pelos profissionais do serviço de apoio (orientador e equipes), assim como pelos profissionais da SEJUS. Há estudos de caso que ocorrem no Núcleo de Atendimento Integrado (NAI). Roteiro para orientação

das ações na elaboração do estudo de caso. Este documento deve ser assinado pelos profissionais que o realizaram.

Quadro 3 – Orientações para a realização de estudo de caso

Identificação do caso – realidade inicial	Problematização do caso	Conhecimentos acadêmicos	Subjetividade	Referências utilizadas
<ul style="list-style-type: none"> - O quê? - Com quem? - Quando? - Como? - Onde? 	<ul style="list-style-type: none"> - Questões ou hipóteses a respeito do caso identificado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio teórico oriundo da literatura na área ou correlata que ajude a explicitar, compreender ou elucidar o caso. - Informações levantadas na diagnose e que constam nos documentos do estudante. - Estratégias utilizadas e seus reflexos. - Elementos do PIA que convêm ser compartilhados. - Interesses diversos: profissional, atividades artísticas, musicais ou esportivas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Orientações, recomendações para os envolvidos com o caso. -Estratégias de intervenção pedagógica propostas para o caso. 	<ul style="list-style-type: none"> - Material teórico utilizado para o estudo. - Documentos dos estudantes. - Informações das diagnoses e dos atendimentos realizados pelas equipes de apoio.

		-Dificuldades de aprendizagem evidenciadas.		
--	--	---	--	--

As informações levantadas na avaliação diagnóstica e no estudo de caso subsidiarão o planejamento de estratégias pedagógicas para atendimento aos estudantes que apresentarem dificuldades específicas de aprendizagem ou de convivência na escola. Essas informações subsidiarão ainda as equipes pedagógicas, de apoio e professores na realização do Conselho de Classe.

c) Conselho de Classe

Estudos recentes apontam que nas reuniões dos Conselhos de Classe perde-se muito tempo discutindo elementos informais da avaliação e não se consegue ao final responder: O que os estudantes aprenderam? O que ainda não aprenderam? O que foi feito para que aprendessem? E o que ainda se pode fazer para que aprendam? Respondidas essas indagações, entendemos que o Conselho de Classe se torna, de fato, uma instância avaliativa formativa da gestão pedagógica e administrativa de qualquer instituição educacional.

O Conselho de Classe pode ter seus espaços e tempos diluídos na organização do trabalho escolar, com a existência de pré-conselhos para que, na reunião principal, sejam considerados os elementos prioritários concernentes ao período. As coordenações pedagógicas constituem importante espaço para a realização dos pré-conselhos, uma vez que nelas são realizadas, entre outros aspectos, análises das condições de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes da socioeducação. O orientador educacional e o psicólogo escolar, os profissionais da SECriança: técnicos da assistência social, da psicologia e da pedagogia, da saúde e da segurança - nos casos em que existam - devem ser atuantes, tanto nas reuniões do Conselho de Classe como nas que o antecedem.

Sempre que possível, o diretor ou diretora da escola vinculante deve participar das reuniões do Conselho de Classe ou se fazer representar, especialmente quando existirem fatos ou elementos que interfiram na rotina pedagógica ou influenciam as análises realizadas.

O Conselho de Classe, na perspectiva da avaliação formativa, deixa de ser espaço exclusivo para discussão de notas, menções ou conceitos para se tornar também espaço de auto avaliação do trabalho de todos os envolvidos com o processo educativo.

Como foi mencionado, nos Conselhos de Classe é comum a avaliação informal, aquela realizada por todos com a emissão de juízos de valor. É preciso cuidado para que a avaliação informal não seja praticada de forma negativa (VILLAS BOAS, 2008), pois ela pode depreciar, prejudicar e até mesmo corroborar e endossar práticas discriminatórias. No entanto, se bem conduzida, a avaliação informal pode operar em sentido oposto, ou seja, para a promoção do respeito e da ética ao professor e ao estudante, em clima amistoso e encorajador. É importante, especialmente na socioeducação, que o Conselho de Classe não se torne mais um espaço de julgamento e sentença das ações presentes ou passadas dos estudantes, integrantes da socioeducação, numa lógica recorrente ao tratamento dado pela Justiça.

Na socioeducação, o Conselho de Classe pode contar — na medida do possível — com a participação dos estudantes: de toda a turma ou com representação, considerando as peculiaridades de cada Unidade. Outros profissionais podem ser ouvidos e integrados às reuniões do Conselho de Classe, tanto da SEEDF quanto das demais secretarias e órgãos que integram o sistema da socioeducação. Nessa perspectiva, se torna, também, momento de análise, estudo, pesquisa e deliberações consoantes com os propósitos da avaliação formativa, quais sejam, análise e acompanhamento do desempenho escolar do estudante com vistas ao redirecionamento do planejamento pedagógico.

É no Conselho de Classe, por meio do colegiado que o integra, que se discute, se aprecia e, conjuntamente, se delibera sobre os aspectos da organização do trabalho pedagógico da instituição e do desempenho escolar dos estudantes, aspectos estes que serão encaminhados à unidade escolar de origem ou de destino do socioeducando.

Cada escola que tenha socioeducandos pode propor formulários ou fichas para registros que subsidiarão os profissionais no Conselho de Classe, conforme sua organização. Contudo, tais formulários devem receber a anuência da SUBEB/COEDH.

18 - Plano de Ação

Pretende-se desenvolver metas que atendam os objetivos da instituição em consonância com os vários segmentos nela existente.

a) Ações pedagógicas previstas

- Promover projetos interdisciplinares;
- Participar da OBMEP e demais concursos externos;
- Desenvolver ações que estimulem a participação, a motivação e a integração dos familiares nas atividades escolares;
 - Inclusão das aulas de Educação Física e Educação Artística ministradas por professores específicos, para os alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
 - Criação de oficinas pedagógicas;
 - Realizar sarau literário, com a finalidade de exercitar a criatividade e a leitura em todos os campos do saber, desenvolvendo a capacidade de letramento dos educandos;
 - Contemplar atividades que desenvolvam o senso crítico, a ação reflexiva e a atitude responsável na construção do conhecimento;
 - Fomentar nos alunos noções de direitos e deveres para exercício da cidadania;
 - Incentivar o respeito, a solidariedade objetivando a construção de relações interpessoais;
 - Garantir de forma ampla a integração dos socioeducandos nos aspectos biopsicossociais trabalhando com a realidade de cada indivíduo, suas peculiaridades e valores sociais;
 - Proporcionar aos adolescentes o acesso às oportunidades de superação da situação de exclusão, de ressignificação de valores;
 - Ofertar atividades complementares e de reforço da aprendizagem como meio do projeto interventivo e de reagrupamento.

b) Ações necessárias para implementação do trabalho pedagógico

- Aquisição de recursos tecnológicos, tais como: TV, DVD, notebook computadores, impressoras, copadoras, data show, caixa de som, aparelho de som, etc;

- Aquisição de materiais didáticos para os alunos e professores (globos, mapas, dicionários, livros didáticos, jogos pedagógicos, rede de proteção para a quadra de esportes; bolas para a prática de futebol, basquete, vôlei, peteca, rede de vôlei, etc.);
- Melhoria na estrutura física: aquisição de bebedouros para professores e alunos; banheiros masculino e feminino para professores, sala de coordenação paraprofessores, copa completa para os educadores;
- Melhorar as condições de saneamento básico.

A organização da escola dentro da Unidade Socioeducativa deve ser pautada na promoção do desenvolvimento pleno do educando, desde que este seja ofertado com segurança.

c) Ações Administrativas

Buscando implementar o planejamento e aplicação das atividades pedagógicas, independentemente da modulação e/ou necessidade de criação de novas turmas, inerentes a realidade do sistema socioeducativo; observa-se a viabilização de alguns profissionais direcionados a atividades específicas:

- Professor para projeto de informática
- Profissional para atuação em biblioteca
- Emancipação da Escola.

18.1. Projetos Institucionais

a) A Realidade e a Escola

Busca trazer para dentro do ambiente escolar fatos e eventos específicos com vistas a interação dos educandos com as realidades externas, executando o ensino dos conteúdos disciplinares explorando a sua correlação com acontecimentos vivenciados pela comunidade.

Trata-se de projeto interdisciplinar envolvendo os conteúdos das ciências exatas (matemática, física, química e biologia) e humanas (história, geografia, linguagem e artes)

b) Ressocialização através do Lazer e do Esporte

A prática do lazer e do esporte são metodologias educacionais e inclusivas que atuam em conjunto com a escolarização formal, as oficinas de arte-educação e profissionalizantes. Tem como objetivo melhorar a qualidade de vida, auxiliar no desenvolvimento físico e mental e contribuir para a socialização dos adolescentes em cumprimento de medida. Além de desenvolver competências pessoais, como a competição saudável, a integração, o respeito ao próximo e as regras de convívio social.

c) Xadrez

Objetivo: proporcionar um desenvolvimento mental e social, possibilitando a resolução dos problemas do dia-a-dia.

18.2. Horário da Educação Física

A disciplina de educação física não está prevista para os anos iniciais, cito, segundo ciclo. Tendo em vista que a realidade da UISM compreende adolescentes na faixa etária de 18 a 21 anos em média, faz-se necessário o aproveitamento da prática de educação física para todos os alunos, independentemente do nivelamento serial. Assim, com intuito de um atendimento diferenciado e amplo; a educação física precisa ser realizada por todos os alunos matriculados no NUEN da UISM.

18.3. Horário de Atividades

Atendendo à necessidade cumprimento das diretrizes de escolarização na socioeducação, o horário do grupo de professores de atividades, com carga horária de 40 horas semanais foi adequado para 20 / 20 horas semanais. Ressalta-se que o horário flexibiliza e maximiza um melhor atendimento do aluno que contará com uma visão, pelo menos, de dois professores de atividades.

18.4. Acompanhamento e Avaliação da PP

Monitoramento e avaliação constituem elementos facilitadores de êxito de um projeto. Por meio desses processos, se consegue saber quais objetivos estão sendo atingidos e os resultados alcançados na própria organização do trabalho institucional. A avaliação não se limita aos instrumentos, tampouco se satisfaz com objetivos definidos. Entende-se que ela adquire força e se expande por meio de processos de interatividade ou de comunicação e interação coletiva. Nesses termos, a avaliação é uma prática social orientada para produzir questionamentos e compreender efeitos pedagógicos, políticos, éticos e sociais, e não simplesmente uma operação de medida.

Considerando a Proposta Pedagógica como uma reflexão de cotidiano, ela precisa de um tempo para que se proceda a sua reflexão e ação, um período mínimo necessário para que a sua proposta possa se consolidar. Assim, ressalta-se nesta, a importância de sinalizar diferentes momentos, os fóruns e os sujeitos para que o processo de avaliação coletiva aconteça. A avaliação será realizada periodicamente, envolvendo direção, professores, funcionários administrativos e a segurança da Unidade.

A metodologia para monitoramento deverá primar pela ampla participação dos atores envolvidos no processo de construção e execução deste Projeto.

18.5 – Plano de Ação da Orientação Educacional

METAS

- 1- Promover o trabalho desenvolvido relativo à identidade da Orientação Educacional no Núcleo de Ensino, juntamente com a organização dos instrumentos de registros;
- 2- Análise da realidade institucional através do planejamento coletivo e construção da Proposta Pedagógica;
- 3- Realizar orientações juntos aos estudantes tanto no individual quanto no coletivo, voltadas para a melhor convivência no ambiente escolar e fortalecimento da Cultura de Paz;
- 4- Contribuir com a Intervenção e acompanhamento para a promoção de direitos dos estudantes e dos demais envolvidos no espaço escolar.
- 5- Promover a educação à diversidade/diferenças.

TEMÁTICA	FUNDAMENTAÇÃO CURRICULAR			ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS/AÇÕES	EIXO DE AÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
	Educação em Cidadania e Direitos Humanos	Educação em Diversidade	Educação em Sustentabilidade			
Análise da realidade/Mapeamento		X		Levantamento do histórico da Unidade Escolar, conhecimento dos projetos em andamento e realização coletiva das situações problema/desafios que necessitem de intervenção pedagógica.	Estudantes e Equipe Pedagógica	Março/abril/maio

Intervenção e Acompanhamento	X	X		Promover a análise reflexiva e o diálogo problematizador da convivência escolar para que os estudantes possam tomar decisões com base nos princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.	Estudantes, Equipe pedagógica, Gestão Escolar	Durante o ano Letivo
Inclusão de Diversidades	X	X		Realizar ações coletivas e individuais contra discriminação por qualquer convicção ou preconceito para fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade, sem preconceitos de qualquer natureza.	· Estudantes, Comunidade escolar	Junho/julho/agosto
Mediação de Conflitos	X	X		Contribuir com projetos onde o estudante possa formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, com base em direitos humanos, consciência social e ética.	Estudantes, Professores e Gestão Escolar	Setembro/outubro

Intervenção e Acompanhamento	X		X	Proporcionar ao estudante informações e reflexões a respeito do mundo do trabalho e projeto de vida para que entenda o ambiente do trabalho e possa fazer escolhas alinhadas à cidadania e ao seu projeto de vida com liberdade, autonomia, criticidade e responsabilidade.	Estudantes	Novembro/ Dezembro
Planejamento Coletivo	X	X		Sensibilizar/promover momentos de conversa/debate/palestras voltadas para os cuidados da saúde física e emocional reconhecendo suas emoções, autocrítica e capacidade para lidar com elas.	Estudantes/equipe escolar	Durante todo ano letivo

Instrumentos de Avaliação e Indicadores de Resultados:

A Orientação Educacional utilizará de:

- Relatório Semestral da Orientação Educacional;
- Reuniões Pedagógicas, incluindo as Coordenações Coletivas e Conselho de Classe;
- Feedback da Equipe Gestora e Corpo docente;
- Retorno por parte dos estudantes através de formulários específicos de acordo com a ação/temática realizadas e através da escuta sensível e ativa.
- Atendimentos individuais e coletivos dos estudantes, utilizando de questionários/pesquisas desenvolvidas para coleta de informações acerca da rotina escolar e pessoal dos mesmos, dessa forma, aferir os dados para verificar se as metas foram alcançadas em relação às necessidades dos estudantes, podendo fazer os ajustes necessários.

19. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: 1988.

_____. Lei nº. 8069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Senado, 1990.

_____. Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional da Educação Nacional. Brasília: Senado, 1996.

_____. Lei nº. 12594, de 18 de janeiro de 2012. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Brasília: Senado, 2012.

DEL PRIORE, M. (Org.). História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999.

DISTRITO FEDERAL. Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional 310 – Santa Maria. Brasília: Secretaria de Estado da Educação, 2023.

_____. Projeto Político Pedagógico das Medidas Socioeducativas do Distrito Federal – Internação. Brasília: Secretaria da Criança, 2023.

_____. Diretrizes Pedagógicas – Escolarização na Socioeducação. Brasília: Secretaria de Estado da Educação, 2014.

_____. Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal, 2014.

LONDOÑO, F. T. A origem do conceito menor. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). História da criança no Brasil, Contexto, 1992.

MARCÍLIO, M. L. História social da criança abandonada. São Paulo: Hucitec, 1998.

RIZZINI, I. Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever - um histórico da legislação para a infância no Brasil: In: PILOTTI, F e RIZZINI, I. (Org.). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Nino, Editora Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.

SILVEIRA, Darcy Chaves. Aritmética e introdução à Álgebra: 1463 problemas resolvidos e explicados: ensino fundamental, ensino médio, vestibular e concursos / Darcy Chaves Silveira, Maria Sueli Gomes Saldanha, Laura de O. Ramalho Misiti – 1ª Ed. – São Paulo: Editora Ícone, 2012.

DUARTE JUNIOR. João Francisco. Fundamentos estéticos da educação. Campinas, SP: Papipurs, 1988.

SINASE. Sistema Nacional Socioeducativo. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2006.

BRASIL. Linguagens, códigos e suas tecnologias/ secretaria de Educação Básica. Orientações Curriculares para o Ensino Médio; Volume 1. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte. Brasília: MEC/SEF, 1998.

LEI 11.340/2006 (Maria da Penha), Lei 13.104/2015 (Feminicídio), vídeos relacionados aos temas trabalhados no Youtube.

-Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, Atualizado até a Lei nº 12.696, de 25 de Julho de 2012.

-Cabral, Luís Cláudio Durão. **Raciocínio Lógico e matemática para concursos**: teoria e questões comentadas / Luís Cláudio Durão Cabral, Mauro César de Abreu Nunes – Rio de Janeiro: Editora Campus, Elsevier, 2005.

-Silveira, Darcy Chaves. Aritmética e introdução à Álgebra: 1463 problemas resolvidos e explicados: ensino fundamental, ensino médio, vestibular e concursos / Darcy Chaves Silveira, Maria Sueli Gomes Saldanha, Laura de O. Ramalho Misiti – 1ª Ed. – São Paulo:

Editora Ícone, 2012.

- ALVES, E. M. S. **A ludicidade e o ensino de matemática**. Campinas: Papyrus, 2006.

- LOPES, G. S. **Ambientes virtuais de ensino**: aspectos estruturais e tecnológicos. Florianópolis: UFSC. 2001.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto**. Leitura e redação. São Paulo: Ática, 1990.

MENDONÇA, Márcia. **Análise linguística no ensino médio**: um novo olhar, um outro objeto. In: BUNZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia (org.). Português no ensino médio e formação do professor. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p.199-226.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: **terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**: língua portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>
Acesso em: 13 de março de 2019.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. 2ª ed. Campinas: Mercado das Letras, 2012.

- Internet: <http://www.feg.unesp.br/extensao/teia/trab_finais/TrabalhoMichele.pdf>.
Acesso em: 10/02/2017.

- Internet: <<http://www.somatematica.com.br/>>. Acesso em: 10/02/2017.

- Internet: <<http://www.matematiques.com.br/>>. Acesso em: 10/02/2017.

- Internet: <<http://www.matematicamuitofacil.com/>>. Acesso em: 10/02/2017.

- Internet: <<http://www.obmep.org.br/>>. Acesso em 10/02/2017.

- Internet: <<http://www.matematica.obmep.org.br/>>. Acesso em 10/02/2017.

- Internet: <http://www.feg.unesp.br/extensao/teia/trab_finais/TrabalhoMichele.pdf>.
Acesso em: 23/03/2014.

- Internet: <<http://www.somatematica.com.br/>>. Acesso em: 23/06/2018.

- Internet: <<http://www.matematiques.com.br/>>. Acesso em: 23/06/2018.

- Internet: <<http://www.matematicamuitofacil.com/>>. Acesso em: 23/06/2018.

- Internet: <<http://www.obmep.org.br/>>. Acesso em 29/06/2018.

- Internet: <<http://www.matematica.obmep.org.br/>>. Acesso em 29/06/2018.

Internet: <<http://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/127/125>>.
Acesso em 11/03/2019.